

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA APLICADA

RENATA TRINDADE SEVERO

ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DE *O ÚLTIMO VOO DO FLAMINGO*:

construção paratópica de uma nação em estado de ficção

SÃO LEOPOLDO

2008

RENATA TRINDADE SEVERO

ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DE *O ÚLTIMO VOO DO FLAMINGO*:
construção paratópica de uma nação em estado de ficção

Dissertação apresentada à Universidade do
Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial
para obtenção do título de mestre em
Linguística Aplicada

Orientadora: Professora Dra. Maria Eduarda
Giering

SÃO LEOPOLDO

2008

Esse trabalho é dedicado ao Fernando:

sam božo

na krila.

À professora Maria Eduarda Giering, que foi corajosa e generosa—acima de tudo generosa—e aceitou mergulhar comigo nas profundezas do texto para que descobríssemos juntas o que poderia nos trazer esse vôo do flamingo.

À professora Marlene Teixeira, que sempre demonstrou carinho e interesse por esse trabalho e o enriqueceu com suas preciosas observações, antes, durante e depois da qualificação.

À professora Maria da Graça Krieger, que, tanto na qualificação quanto depois dela, colaborou com senso crítico e conhecimento a cerca do incrível mundo das palavras.

À professora Jane Tutikian, pelas maravilhosas aulas de literatura africana, pela bibliografia sugerida e emprestada e pelos e-mails cheios de entusiasmo.

A essas professoras, meus sinceros agradecimentos por serem como os flamingos: sempre prontas a um novo vôo para garantir que o sol continue nascendo.

A CAPES/PROSUP agradeço o apoio financeiro, sem o qual esse projeto não teria existido.

A literatura moçambicana vive como se fosse o outro nome de Moçambique. O país, em estado de ficção, encontra no escritor um parceiro cúmplice da sua própria invenção. Por seu turno, o escritor vive esse privilégio de tudo ser tão recente que a própria linguagem se apresenta em estado de infância.

Mia Couto

RESUMO

Segundo Maingueneau (2001, 2006), ao escritor nenhum lugar é reservado. Para criar o seu lugar, o escritor, movido por um não pertencimento inerente a sua condição—a sua *paratopia*—, enuncia sua obra procurando legitimar o local (situação comunicacional) a partir do qual ela é enunciada. Essa *paratopia* é a fonte criadora que se revela na obra literária—apreendida aqui como uma *enunciação* no âmbito de um *discurso literário*. Procuramos, nesse trabalho, mostrar como a *paratopia* se manifesta por meio dos três níveis do ato de linguagem à luz da teoria Semiolingüística, de Patrick Charaudeau. Especificamente, buscamos revelar como as operações de negação dão forma à construção paratópica no romance *O último voo do flamingo*, do escritor moçambicano Mia Couto. A manifestação da paratopia se dá de formas diferentes em cada um dos três níveis: ela é parte do *projeto de fala*, no nível situacional; ela se manifesta nos componentes dos *modos de organização do discurso*, no nível discursivo e, finalmente, ela se manifesta lingüisticamente no nível semiolingüístico.

ABSTRACT

According to Maingueneau (2001, 2006), to the writer, no place is reserved. So to create his place, a writer, moved by a feeling of not belonging that is inherent to his condition—his *paratopia*—, utters his text seeking to legitimate the place (communicational situation) from where it is uttered. Such *paratopia* is the creational source that is revealed on the literary piece—comprehended here as an *utterance* within a *literary discourse*. At this monograph, we try to show how *paratopia* reveals itself through all of the three levels of language act in the light of the Semiolinguistic Theory by Patrick Charaudeau. Specifically, we seek to reveal how negation operations shape paratopic construction on the novel *The last flight of the Flamingo* by Mozambican writer Mia Couto. Paratopia's manifestation occurs in different ways at each of the three levels: it is part of *speech project*, at situational level; it shows itself through components of *discourse organization modes*, at discourse level and, finally, it shows linguistically at semiolinguistic level.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Modos de Organização do Discurso	28
Tabela 2: Procedimentos discursivos do modo de organização descritivo	32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	13
2.1. A TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA	13
2.2. NÍVEL SITUACIONAL: O DISCURSO LITERÁRIO E A SITUAÇÃO PARATÓPICA DO ESCRITOR	16
2.2.1. <i>Discurso literário</i>	17
2.2.2. <i>Paratopia</i>	20
2.3. NÍVEL DISCURSIVO: MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO	27
2.3.1. <i>Modo de organização enunciativo</i>	29
2.3.2. <i>Modo de organização descritivo</i>	30
2.3.3. <i>Modo de organização narrativo</i>	32
2.3.4. <i>Modo de organização argumentativo</i>	34
2.4. NÍVEL SEMIOLINGÜÍSTICO	38
2.4.1. <i>Mecanismos de sentido e construção das palavras</i>	39
2.4.2. <i>A negação</i>	45
3. MÉTODO	50
4. A PARATOPIA NOS TRÊS NÍVEIS DO ATO DE LINGUAGEM	53
4.1. POSICIONAMENTO PARATÓPICO EM <i>O ÚLTIMO VOO DO FLAMINGO</i>	53
4.2. PARATOPIA NO ÂMBITO DO FAZER: NÍVEL SITUACIONAL E PROJETO DE FALA PARATÓPICO	54
4.2.1. <i>Cenografia e ethos</i>	56
4.2.2. <i>Código de linguagem</i>	59
4.3. PARATOPIA NO ÂMBITO DO DIZER: NÍVEL DISCURSIVO E NÍVEL SEMIOLINGÜÍSTICO	60
4.3.1. <i>Embreagem paratópica</i>	60
4.3.2. <i>A narração: sinais do que não está</i>	61
4.3.3. <i>A negação prefixal relacionada ao modo descritivo e narrativo</i>	64
4.3.4. <i>Relações lógicas e modo argumentativo</i>	74
PENSAMENTOS FINAIS	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

1. INTRODUÇÃO

A partir da leitura do romance *O último voo do flamingo*, do escritor moçambicano Mia Couto, procuramos, desde o início de nosso estudo, esclarecer que efeitos de sentido poderiam emergir em um texto em que o sujeito comunicante parecia muito distante do sujeito enunciador. A percepção desse possível distanciamento, contudo, só faz sentido dentro do quadro da teoria Semiolingüística, a partir do qual a situação de comunicação é dividida em ambiente externo—no qual atuam os *parceiros da comunicação*: sujeito comunicante e sujeito interpretante—e interno—em que atuam seres de linguagem projetados pelo sujeito comunicante no momento da enunciação, os *protagonistas*: sujeito enunciador e sujeito destinatário.

Ainda assim, tal percepção foi possibilitada por um pequeno conhecimento a respeito da vida do escritor Mia Couto: sabíamos tratar-se de um escritor africano de origem portuguesa, em torno dos 50 anos de idade, formado em biologia, que vive na capital do país. Essas condições sociais do escritor, uma vez contrastadas com as do narrador do romance—jovem africano descendente de africanos, vivendo em condições precárias numa vila no interior de Moçambique—nos levaram a questionar os possíveis resultados discursivos do já mencionado distanciamento entre sujeito comunicante (o escritor Mia Couto) e sujeito enunciador (o narrador de Tizangara).

Partimos da Teoria Semiolingüística — cujo objetivo é chegar ao dito através dos estudos dos modos de dizer e que, para isso, se propõe estudar os discursos nos ambientes em que emergem — para que possamos apreender o texto estudado. É preciso salientar que *texto* aqui é visto como o resultado de um ato de linguagem, ou aquilo a que temos acesso ao final desse ato. É através da Semiolingüística que acessamos esse texto: percebemos seus níveis, conhecemos os sujeitos que o produzem/interpretam. A Semiolingüística proporciona-nos a

estrutura a partir da qual “manusearemos”¹ o texto, os conceitos através dos quais perceberemos seus componentes e a metodologia que empregaremos para analisá-lo.

Ainda, pela natureza do domínio de saber em que se encontra o texto escolhido, fomos levadas a buscar estudos que unissem análise do discurso e literatura. Encontramos nos conceitos de discurso literário e discursos constituintes e na noção de paratopia de Maingueneau (2001, 2006) uma reflexão consistente acerca das possibilidades de estudo do texto literário — apreendido como enunciação — dentro do campo da análise do discurso. Salientamos aqui a noção de paratopia: a tensão entre o lugar e o não-lugar que leva o escritor a legitimar seu local de ser (*d'être*) através da enunciação de sua obra.

Dessa forma, acreditamos que tais estudos sejam não apenas possíveis e enriquecedores, mas fundamentais. Cremos que o tipo de estudo que se pode fazer dentro do campo da análise do discurso é único, dadas as ferramentas analíticas de que se podem dispor nesse tipo de pesquisa.

Nosso objetivo geral, portanto, é investigar, à luz de teorias da análise do discurso, como se organiza e se constrói a enunciação legitimadora da paratopia do escritor — que o impele a enunciar-se. Como objetivos específicos, procuramos 1] analisar a maneira como as operações de negação colaboram para a construção do lugar paratópico proposto nessa enunciação literária; e 2] mostrar a maneira como a construção paratópica permeia todos os níveis do ato de linguagem de forma dinâmica e recíproca entre eles.

Para tanto, dividimos o trabalho em duas partes principais: a seção 2, que apresenta os pressupostos teóricos de que nos valeremos para nossas análises, e a seção 4, que apresenta essas análises.

Na seção 2, apresentaremos os pressupostos básicos da teoria Semiolingüística estabelecidos por Charaudeau primeiramente na obra *Langage et Discours*², aprofundados em sua *Grammaire du sens et de l'expression*³ e atualizados em diversos textos posteriores,

¹ No sentido em que lidaremos com seus diversos componentes e níveis.

² Paris: Hachette, 1983.

³ Paris: Hachette, 1992.

dentre os quais destacamos: *Uma Análise Semiolingüística do Texto e do Discurso*⁴, *Uma teoria dos sujeitos da linguagem*⁵ e *De la competencia social de comunicación a las competencias discursivas*⁶.

A Semiolingüística propõe a divisão do ato de linguagem em três níveis: situacional, discursivo e semiolingüístico. No nível situacional, o mais amplo e profundo do ato comunicacional, serão tratadas questões referentes ao discurso literário e ao contrato que se estabelece entre os parceiros no âmbito desse discurso fundador. Nesse momento, nos valem os conceitos de *paratopia* proposto por Dominique Maingueneau (2001, 2006) e de sua concepção de *Discurso literário* e *Discursos constituintes* para que possamos dar conta de algumas especificidades do texto literário.

Nos níveis discursivo e semiolingüístico, estudam-se questões ligadas aos modos de organização do discurso e à influência desses modos na construção discursiva via negação e examinam-se as ocorrências negativas em seu aspecto formal e semântico—sem perder de vista os efeitos provocados por essas ocorrências.

Na seção 4, procuramos evidenciar como se manifesta a paratopia criadora nos três níveis do ato de linguagem, relacionado-os aos âmbitos do ato de linguagem assinalados por Charaudeau: o externo—espaço do *fazer*—e o interno—espaço do *dizer*.

Nossas considerações finais são apresentadas, então, da maneira que nos parece mais coerente com nossos “achados”: negando sua natureza conclusiva e procurando sinalizar novas possibilidades nesse feliz casamento entre o estudo da literatura e a análise do discurso.

⁴ In: Maria Aparecida Lino Pauliukonis e Sigríd Gavazzi (organizadoras). *Da Língua ao Discurso: reflexões para o Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

⁵ In: MARI, H. et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Núcleo de Análise de Discurso FALE/UFMG, 2001a.

⁶ *Revista latinoamericana de estudios del discurso*. Caracas: ALED, 2001b.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

É necessário que, desde o princípio, fique explícita a íntima relação entre nosso objeto de estudo e a teoria de que nos valem para analisá-lo. Afirmamos, com Saussure (1995), que é o olhar que produz o objeto, em outras palavras: é por olharmos esse objeto a partir da perspectiva semiolingüística que somos capazes de perceber — não sem certo estranhamento — o distanciamento entre sujeito comunicante (escritor) e sujeito enunciador (narrador) na obra estudada.

Assim, ratificamos o papel gerador da teoria Semiolingüística nesse trabalho. Tal importância se reflete também no método de análise adotado e, conseqüentemente, na organização das teorias de que nos valem. A Semiolingüística proporciona a estrutura sobre a qual se construirá o dispositivo teórico a partir de que produziremos nossas análises.

Assim, a sessão dedicada aos pressupostos teóricos será subdividida em 4 partes: iniciaremos apresentando a teoria Semiolingüística, a seguir, cada um dos três níveis do ato de linguagem propostos por essa teoria serão aprofundados separadamente para que conceitos advindos de outros teóricos — que abarcam questões específicas de que trataremos — possam ser inseridos dentro do nível em que atuam.

2.1. A teoria Semiolingüística

A Semiolingüística se inscreve numa posição teórica que concebe o ato de linguagem como produzido por um sujeito concreto, que é investido de intenções comunicativas, em um contexto sócio-histórico determinado, tendo em mente certo sujeito interpretante. Dessa forma, a Semiolingüística busca a elucidação das manifestações languageiras a partir da relação entre o ato de linguagem e suas condições de produção e interpretação (cf. Charaudeau, 1983, p. 11). Portanto, pode-se dizer que o objeto de estudo da Semiolingüística é descobrir o que diz a linguagem através de como ela o diz.

Ainda que promova uma relação entre determinados campos do saber que questionam o fenômeno da linguagem, a Semiolingüística procura fazê-lo sempre a partir da realidade e materialidade lingüística, ou melhor, da linguagem verbal. Daí o nome da teoria proposta por Charaudeau:

Semio-, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; lingüística para destacar que [qual] a matéria principal da forma em questão — a das línguas naturais (Charaudeau, 2005, p. 13).⁷

O ato de linguagem, seus níveis e sujeitos

No centro dessa teoria, está a divisão do ato de linguagem em dois ambientes: externo e interno. No ambiente externo, encontramos os *parceiros* do ato: o *sujeito comunicante* e o *sujeito interpretante*; o primeiro, responsável pela produção do ato, e o segundo, pela sua interpretação. Esse ambiente externo corresponde à **situação de comunicação**, o local real onde vai ser posta em cena a enunciação do ato de linguagem.

No ambiente interno, o **espaço da enunciação**, existem os *protagonistas*: *sujeito enunciador* e *sujeito destinatário*, seres do discurso, criados tanto na produção do ato de fala, quanto na sua interpretação. Ao produzir um ato de linguagem, o sujeito comunicante se vale de suas competências de sujeito para alcançar sua intenção comunicativa. Nesse processo, ele constrói um sujeito enunciador e projeta um sujeito destinatário — ambos seres da enunciação — a quem dirige a sua fala.

A concepção de *sujeito* em Charaudeau (2001a) é dividida da mesma forma que o ato de linguagem: assim como há um espaço *externo*—o espaço do **fazer**—, em que atuam elementos psicossociais, há sujeitos psicossociais—os *parceiros*—cuja definição se constrói no âmbito das relações contratuais que regem a situação de comunicação e que podem, ou não, estar relacionadas às relações profissionais, familiares, etc., mas que são sempre definidas no jogo discursivo que se apresenta a cada ato. Os *parceiros* constituem-se a partir

⁷ As citações de Charaudeau serão feitas no idioma em que o texto a que temos acesso está publicado: em francês para os textos de 1983 e 1992, em espanhol para o texto de 2001b e em português para os textos de 2001a, 2004 e 2005.

do reconhecimento mútuo dentro de determinada relação contratual, isto é, a partir do momento em que se reconhecem como dignos de uma interação dentro de uma relação contratual dada. O *sujeito comunicante* é o parceiro responsável pela articulação da produção do ato de linguagem, o *sujeito interpretante* é o parceiro responsável por sua interpretação (cf. Charaudeau, 1983).

Em outro âmbito do ato de linguagem, no espaço *interno* ou espaço do *dizer*, atuam os *protagonistas* do ato de linguagem. O *sujeito comunicante*—parceiro proveniente do espaço externo—é que projeta na enunciação um *sujeito enunciador* que é o *Eu* do discurso. Há, portanto, uma coincidência entre esses dois sujeitos, o que não se verifica no caso do *sujeito interpretante* e do *sujeito destinatário*. Enquanto que o primeiro é um ser real, proveniente do espaço externo do ato, o segundo é uma projeção do *sujeito comunicante*; o sujeito destinatário é a representação que o *sujeito comunicante* produz a respeito do *sujeito interpretante*.

Assim, enquanto os *parceiros* são seres com identidades psicossociais definidas—ainda que sempre negociadas na interação—os *protagonistas* são seres da fala, projetados pelo *sujeito comunicante* de acordo com seu *projeto de fala*.

Para Charaudeau, o que define quem são os *parceiros* do ato de comunicação é o **contrato de comunicação** que rege a interação.

O contrato de comunicação é influenciado por três componentes: *comunicacional*, *psicossocial* e *intencional*. O componente comunicacional é constituído pelo quadro físico em que ocorre a interação; os questionamentos pertinentes a esse componente dizem respeito à presença (ou não) dos parceiros, ao número de parceiros envolvidos na interação e ao canal por eles utilizado. O componente psicossocial diz respeito aos *estatutos* que são reconhecidos mutuamente pelos parceiros. Apesar de alguns deles (idade, sexo, categoria socio-profissional, relação de parentesco, etc.) serem independentes do ato de linguagem, é na interação que serão atribuídos valores e posições hierárquicas a esses estatutos. Por fim, o componente intencional toca questões primordiais da comunicação verbal (“o que está sendo colocado em questão, com qual intenção de informação? De que maneira isso está sendo veiculado, ou, qual será a intenção estratégica de manipulação?”) e parte dos conhecimentos que os parceiros constroem uns sobre os outros.

O contrato de comunicação é estabelecido no nível situacional da comunicação e interage em (influenciando e sendo influenciado por) todos os níveis do ato de linguagem.

2.2. Nível situacional: o discurso literário e a situação paratópica do escritor

No nível situacional, encontramos questões relacionadas aos parceiros (sujeito comunicante e sujeito interpretante) do ato de linguagem — intenção dos sujeitos, contratos em que se instituem os parceiros, domínio em que se inscreve o ato, contexto histórico-social e contexto físico, que se reflete no tipo de interação (monolocutiva ou interlocutiva) — que se resumem em: *finalidade*, *identidade*, *domínio do saber* e *dispositivo*.

A *finalidade* do ato é aquilo a que ele visa, o que se quer dizer ou fazer com esse/nesse ato. As *identidades*, como vimos, se relacionam aos estatutos que se atribuem os parceiros e, sendo sobredeterminadas no nível situacional, podem sofrer variações ao longo da interação por força da ação dos outros níveis. O *domínio* do saber é determinado pelo objeto de troca de cada interação e se relaciona intimamente com os contratos estabelecidos e com os discursos adjacentes. O *dispositivo* é a configuração física em que a troca ocorre, atuam aqui as restrições materiais de espaço e tempo.

O dispositivo também influencia o tipo de texto que pode resultar no que diz respeito a textos monolocutivos e textos interlocutivos. Quando o dispositivo se organiza de tal forma que os parceiros possam estabelecer uma *interlocução* — contrato de troca imediata —, o resultado será um texto *interlocutivo*. Quando o dispositivo promove uma *monolocução* — contrato de troca *postergada* —, o resultado será um texto *monolocutivo*⁸.

Domínio do saber

Como vimos, o contrato que se estabelece entre os parceiros de um ato de linguagem no nível situacional é descrito dentro de um domínio do saber. Mais do que definir a natureza do objeto da troca comunicacional, cada domínio do saber configura diversas possibilidades

⁸ Em texto original (1992), Charaudeau utiliza os termos *monolocutive* e *interlocutive*. Para evitar confusões com os termos bakhtinianos *monologismo* e *dialogismo*, optamos por manter *monolocutivo* e *interlocutivo*, apesar de haver traduções (por exemplo: Charaudeau, 2005) que sugiram *monológico* e *dialógico*.

de contratos. Aqui, nos interessa o domínio literário que, segundo Maingueneau (2006, p. 89), é um *espaço* em que três planos interagem; esse *espaço literário* é uma “rede de aparelhos”⁹ dentro da qual há dois papéis possíveis — o de escritor e o de público; é também um *campo discursivo* em que se configuram opções estéticas que dizem respeito inclusive a gêneros e idiomas; e é, ainda, um *arquivo* das realizações discursivas anteriores.

Nessa rede de aparelhos interagem os vários estatutos de contratos estabelecidos; de um lado, o público em geral: leitores, editores, críticos, professores, intérpretes, etc.; de outro, o escritor. Eles atuam em diversas instâncias da rede: o mercado editorial, as revistas literárias, os encontros entre escritores, as instituições de ensino, etc. É o entrelaçamento desses aparelhos que legitima o espaço concreto da literatura no mundo real, isto é, o *espaço literário* em sociedade.

Enquanto *campo discursivo*, esse espaço evidencia a concorrência entre estilos, escolas — opções, enfim, que o escritor faz ao longo de sua produção — que traçam seus limites reciprocamente e de forma dinâmica. A delimitação de seu próprio campo discursivo é a busca da autoridade máxima possível empreendida por cada posicionamento.

Como um arquivo das realizações discursivas anteriores, o espaço literário proporciona um universo intertextual, a memória da literatura, em que toda a produção literária, mais as lendas, estão arquivadas. Esse arquivo, obviamente, é ininterruptamente alimentado pelas obras que se produzem.

2.2.1. Discurso literário

Conceber um discurso literário pressupõe, primeiramente, que os textos literários não se encontram em território totalmente à parte, a cujo terreno a análise do discurso tenha o acesso vetado. É preciso compreender que a análise do discurso é capaz de, também na literatura, “explorar as múltiplas dimensões da discursividade, buscando precisamente explicar a um só tempo a unidade e a irreduzível diversidade das manifestações do discurso”

⁹ Maingueneau ressalta que “aparelho” não é utilizado aqui no sentido althusseriano, ver Maingueneau, 2006, p. 90.

(Maingueneau, 2006, p. 38) e que um *discurso literário* existe e constitui área passiva de exploração pela análise do discurso ou pela lingüística, como um todo. Em segundo lugar, é imprescindível crer que há certo nível de compreensão do fato literário que só é alcançado quando se levam em consideração questões da ordem do discurso, ou seja, quando a lingüística não é acessória à interpretação dos textos, mas constituinte do processo mesmo de sua análise.

O uso do termo “discurso”, além de partir dos pressupostos citados, implica uma consciência das possibilidades de seu uso. Maingueneau fala de quatro maneiras como o termo pode ser abordado¹⁰, para, então, expor as características do discurso tratado aqui. Ao desenvolver cada uma dessas características, relacionando-as ao discurso literário, o autor ajuda a definir os traços desse discurso. De cada característica, tomamos alguns pontos que dizem respeito ao discurso literário: “O discurso supõe uma organização transfrástica”¹¹: uma obra literária é sempre uma organização que está além da frase, não apenas em tamanho, mas, principalmente, em sua complexidade. “O discurso é uma forma de ação”: as obras literárias são formas de agir no mundo via reflexão — sobre e do mundo — e a partir de posicionamentos que o autor assume em sua enunciação. “O discurso é interativo”: a interatividade constitutiva do discurso literário é anterior ao momento de sua enunciação, ela está presente no fazer literário, que não se desvincula dos princípios de cooperação, mas também ocorre após a sua produção, quando é entregue aos leitores — intérpretes da obra que constroem de forma semi-independente seus significados. “O discurso é orientado”: o discurso literário tem um objetivo (fim) e se desenvolve no tempo, como qualquer discurso, mas a orientação do discurso literário tem a particularidade de não sofrer interrupções alheias — o produtor do texto é que antecipa certas conclusões, realiza avanços e retornos na discursivização do texto, simulando a linearidade dialógica. “O discurso é contextualizado”: a partir do momento em que discurso e contexto são inseparáveis, o contexto é constitutivo do discurso literário. “O discurso é assumido por um sujeito”: questões de autoria e centro de referência são fundamentais para o estudo do discurso literário. “O discurso é regido por normas”: o discurso literário está submetido a normas sociais e discursivas, entre essas

10 [1] como a unidade lingüística resultante de uma sucessão de frases; [2] como oposição à língua, próxima à oposição saussuriana entre língua e fala; [3] numa concepção benvenistiana, próximo à enunciação; e [4] como uso de um sistema restrito a um grupo (ver Maingueneau, 2006, p. 39-40).

11 Essa citação e as que se seguem constam em Maingueneau, 2006, p. 40-42.

últimas destacam-se as normas que configuram os gêneros discursivos. “O discurso é considerado no âmbito do interdiscurso”: “ele só assume sentido no interior de um universo de outros discursos através do qual deve abrir seu caminho”.

Enfim, quando o fato literário é percebido como discurso, *dizer* e *dito* estão imbricados, “as condições do *dizer* permeiam aí o *dito*, e o *dito* remete a suas próprias condições de enunciação” (Maingueneau, 2006, p. 43). É impossível separar a enunciação literária das condições que a provocam e a tornam possível. Dessa forma, a enunciação que é construção da obra literária se autolegitima à medida que legitima suas condições de enunciação.

Discursos constituintes

De acordo, com Maingueneau (2001, 2006), precisamos considerar, ainda, que o discurso literário faz parte de um plano diferenciado da produção verbal. Juntamente com o religioso ou o filosófico, por exemplo, o literário é um discurso constituinte. Isso significa estar na origem, na fundação de si próprio e de outros discursos. Discursos constituintes são aqueles que, para se autorizarem, precisam se propor como ligados a uma fonte, a uma *Origem legitimadora*. Por vezes, concorrem por essa legitimação, como é o caso do discurso científico em relação ao filosófico e ao religioso e desses entre si. Independentemente disso, os discursos constituintes são atravessados uns pelos outros, ainda que neguem qualquer influência externa. Isso também ocorre em relação aos discursos não constituintes; esses exercem alguma influência nos discursos constituintes, mas ela é negada ou, ao menos, assimilada já que um discurso constituinte não é fundado por outros, mas fundador de discursos não constituintes: são autoconstituintes e heteroconstituintes.

A cada discurso constituinte corresponde um *archeion*, isto é, um misto de fonte original, memória e poder investido. Esse *archeion* é a própria legitimação do discurso, ele associa “o trabalho de *fundação* no e pelo discurso, a determinação de um lugar vinculado com um *corpo de locutores consagrados* e uma elaboração da *memória*” (Maingueneau, 2006, p. 61).

A “*fundação* no e pelo discurso” é a enunciação do discurso constituinte. Não há nada além de sua enunciação para fundá-lo e, ao mesmo tempo, legitimá-lo. O *corpo de locutores*

consagrados são as vozes que enunciam e sempre enunciaram esse discurso e a *memória* é, obviamente, a coletânea histórica dessas enunciações.

A literatura, portanto, como discurso constituinte de si próprio e de outros discursos, provoca sua fundação ao se enunciar. Há, então, ao menos, duas faces da enunciação literária: uma que ativa o *archeion* literário e outra que se origina no momento mesmo de enunciação. Essas duas faces são, a cada vez, indissociáveis. O fazer literário não consegue estar imune ao poder, à fundação e à memória que o discurso literário carrega consigo. Do mesmo modo, o autor não pode alienar-se de sua condição concreta: a de existir em algum lugar. Esse lugar, como veremos ainda, longe de ser um ponto marcado em um mapa e, tampouco uma abstração romântica, é a pura negociação entre as instâncias concretas (e, geralmente, efêmeras) e as eternas que são inerentes ao escritor e à literatura.

A enunciação inscrita em um discurso constituinte está destinada a problematizar o seu pertencimento a uma sociedade. Nem fora, nem dentro da sociedade, o discurso literário — próximo a uma Origem — situa-se em uma localidade paradoxal: a *paratopia*, “que não é a ausência de lugar, mas uma difícil negociação entre o lugar e o não-lugar, uma localização parasitária, que retira vida da própria impossibilidade de estabilizar-se” (Maingueneau, 2006, p. 68).

2.2.2. Paratopia

O escritor se encontra dentro de uma problemática radical: ser de carne e espírito, vê-se em dois mundos de que não pode escapar. Como escritor, pertence ao campo literário, universo de um discurso constituinte — nem externo, nem interno à sociedade —; como homem, vive em uma sociedade. O pertencimento a um mundo produz, simultaneamente, um não pertencimento ao outro. A condição de pertencer a dois lugares e, portanto, a nenhum totalmente dá origem à situação paratópica do escritor.

A localização paratópica é sempre um limite entre dois lugares; essa posição limítrofe é tomada por cada escritor a sua maneira. O posicionamento de um escritor em relação a sua condição paratópica é uma das muitas escolhas que ele faz ao enunciar sua obra: “através do modo como gerem sua inserção no campo, os escritores indicam a posição que nele ocupam” (Maingueneau, 2001, p. 31).

A negociação entre lugar e não-lugar ocorre no âmbito mesmo do discurso. A vida literária é estruturada em tribos que se formam menos por afinidade do que por reivindicações estéticas comuns. O pertencimento a uma tribo compensa a não permanência em um lugar. O lugar é então criado no ato mesmo de enunciação de uma obra: “Na própria medida que se trata de seu contexto, a obra só se constitui constituindo-o” (Maingueneau, 2001, p. 22).

A paratopia só existe na realização do processo criativo, ela só impulsiona a criação quando implica a insustentabilidade que a torna necessária.

Maingueneau descreve alguns modelos paratópicos recorrentes (o boêmio, o filho deserdado, o escritor na corte, etc.) e, principalmente, tipifica os posicionamentos paratópicos: paratopia de identidade, que pode ser resumida à expressão “meu grupo não é meu grupo” (Maingueneau, 2006, p. 110); paratopia espacial, a paratopia dos exilados; paratopia temporal, fundada no anacronismo, e a paratopia lingüística: “a língua que falo não é minha língua” (Idem, ibidem, p. 111). Cada uma dessas paratopias pode vir entrelaçada a outra — um exilado pode eventualmente enquadrar-se tanto na paratopia espacial quanto na lingüística, por exemplo. Os efeitos que criam e a maneira como são trabalhadas discursivamente, no entanto, são únicos a cada vez.

Como dissemos, é apenas através da enunciação que se legitima o discurso constituinte. Segundo Maingueneau,

existe assim uma circularidade constitutiva entre a representação que o dispositivo enunciativo deixa perceber de sua própria instauração e a validação retrospectiva que ele realiza de suas modalidades sociais de existência: um modo de difusão dos textos, uma distribuição da autoridade enunciativa, um tipo de exercício de poder reivindicado ou denunciado pelo gesto que instaura a obra (op. cit., p. 111).

A instauração da obra literária, sua enunciação, configura-se em três dimensões: a *cenografia* — o lugar de onde a obra é enunciada e que é enunciado na obra; o *código de linguagem* — posicionamento de linguagem implicado e manifesto pelo texto; e o *ethos* — personificação da voz que enuncia. O imbricamento dessas três dimensões compõe as coordenadas da origem da enunciação: sua cena de enunciação é instaurada na/pela cenografia, a linguagem em que a enunciação é produzida é aquela criada/legitimada na própria enunciação e a personificação da voz que se enuncia é o *ethos* a que temos acesso apenas através de sua instauração enunciativa no discurso.

Cenografia

Toda enunciação se origina em uma situação de enunciação. Entendemos por situação de enunciação o grupo de coordenadas (cf. Benveniste, 1995) (eu-tu/ele; aqui; agora) que dá origem às referências dêiticas e que situa toda a enunciação a partir de uma origem (eu/aqui/agora). Se dizemos que a obra literária deve ser apreendida como uma enunciação, por conseqüência, afirmamos que há uma situação de enunciação relacionada a ela, ou seja, afirmamos que essa enunciação tem origem a partir de um grupo de coordenadas definido.

Tal grupo de coordenadas só é alcançável na própria enunciação literária. Ao se mostrar na obra, a situação de enunciação torna-se acessível. Há aí um imbricamento de três níveis que se sobrepõem e se influenciam mutuamente. Há uma *cena englobante*, que diz respeito ao tipo de discurso ou domínio do saber em que determinada enunciação se inscreve: se faz parte de um discurso político ou religioso, etc.; há uma *cena genérica*, que concerne ao gênero de que cada enunciação participa e que reflete diretamente no tipo de contrato esperado pelo co-enunciador; e, por fim, há a *cenografia*, que é mostrada na própria enunciação. Essa cenografia se torna perceptível através da encenação da fala que é realizada na obra, das coordenadas que apontam para uma *topografia* (lugar) e uma *cronografia* (tempo) da enunciação literária. Isso significa que a enunciação literária, ao mesmo tempo em que instaura sua cenografia, se origina nela. É o paradoxo mesmo do discurso literário que, como discurso constituinte, se autolegitima através de sua enunciação: a cenografia, que é o conjunto de coordenadas em que se origina a enunciação, é criada por essa mesma enunciação. A cenografia pode ser inferida: seja através de indicações paratextuais (um título ou um subtítulo, o enquadramento em um gênero, um prefácio do autor) ou de indicações explícitas no interior do texto ou, ainda e principalmente, mostrando-se no texto.

As obras podem recorrer, ainda, a cenários já validados. Através de referências a outras obras, outros gêneros literários ou a domínios diferentes do saber, um cenário já público serve como referência à cenografia que se procura instituir na obra.

A cenografia de uma obra é, portanto, o ponto em que ela se articula em relação à vida do escritor e à sociedade: “a cenografia constitui de fato uma articulação insubstituível entre a obra considerada como um objeto estético autônomo, por um lado, a condição de escritor, os lugares, os momentos da escrita, por outro” (Maingueneau, 2001, p. 134). O escritor

necessita, de alguma forma, vivenciar as condições que são impressas na cenografia de sua obra para poder *inscrevê-la*.¹²

Código de linguagem

A língua “é parte integrante do funcionamento da obra” (Maingueneau, 2001, p. 101). Ela não é algo pronto e imutável, mas constitui a obra — a língua e a linguagem escolhidas pelo autor são um testemunho de seu posicionamento — e é constituída pelas obras que se inscrevem nela. A unidade — ainda que ilusória — de uma língua é mantida pelas obras que são produzidas nessa língua, portanto, os escritores não se restringem a um exercício de reprodução das possibilidades estabelecidas de uma língua, mas alargam essas possibilidades, subvertem-nas e criam novos parâmetros para a língua em que inscrevem.

Além de uma relação flexível com a língua em que escolhem produzir (*plurilingüismo interno*), os autores encontram-se muitas vezes na situação de mesclar línguas (*plurilingüismo externo*). As línguas e a natureza da escolha variam enormemente: línguas antigas, cujo valor é já estabelecido — latim e grego, por exemplo —; línguas modernas a que seja atribuído pela sociedade ou pela obra um valor específico — o francês referido como uma língua erótica, por exemplo —; línguas que são escolhidas por determinado valor político — caso de algumas línguas européias não oficiais (catalão, basco, provençal, etc.) ou das línguas de povos colonizados (línguas autóctones africanas, por exemplo).

De qualquer maneira, “a relação que a obra mantém com a diversidade lingüística é parte integrante da criação” (Maingueneau, 2001, p. 103) e a escolha de como usar a(s) língua(s) é determinante do sentido que a obra produz.

Essas escolhas, contudo, não são meras opções entre essa ou aquela língua ou mesmo entre mesclas de línguas. A língua de uma obra, ou melhor, seu *código de linguagem* (Maingueneau, 2001, p. 104), é tecida pelo fazer literário; esse código é um complexo sistema de escolhas e criações que se fazem a partir das línguas.

¹² Para que não haja diferenciação entre textos orais e escritos, Maingueneau propõe *inscrever* como verbo que una esses dois tipos de produção (ver Maingueneau, 2006, p. 63).

É preciso estar consciente de que, sobretudo, a literatura, como uma enunciação que parte de uma origem — um *eu* — em direção a um outro — um *tu* —, constrói seu código de linguagem visando ao futuro compartilhamento com aqueles que complementam o universo literário: seus leitores.

Ethos

Para Maingueneau (2001, 2006), estabelecer um *ethos* é a forma como se atribui um corpo à voz que se enuncia. Esse corpo deve ser completo, sua estatura física, sua compleição, seu modo de trajar e todo um universo ético relacionados a essa imagem são construídos a partir da enunciação e dos estereótipos que por ela são ativados — para alimentá-los ou refutá-los.

Na retórica grega, o *ethos* reunia as características necessárias ao bom orador. A construção do *ethos* se daria através de sua encenação: o orador não poderia dizer “eu sou”, mas deveria mostrar o que era.

Na análise do discurso, o conceito do *ethos* torna-se mais complexo, mas conserva ainda, ao menos, essa característica: o *ethos* não pertence ao enunciado, mas à enunciação, ou seja, o *ethos* precisa ser mostrado.

Podemos dizer, portanto, que a noção de *ethos* é uma noção discursiva, ele é a personificação/encarnação da voz que se enuncia e, ao mesmo tempo, a legitimação dessa voz; contudo, não é dito e sim, mostrado. Há, entretanto, algo que Maingueneau chama de *ethos pré-discursivo*. Ainda que não possa ser totalmente dissociado daquilo que se mostra na enunciação, esse *ethos* envolve concepções de gênero, postura do escritor e outros elementos que são intrínsecos ao contrato literário.

O que ocorre é que, através da fala, o sujeito que fala ativa no intérprete a construção de uma certa representação sua, o sujeito que fala não possui, então, o domínio sobre essa construção. Na constituição do *ethos*, a enunciação é uma referência, uma coordenada que, no entanto, não está sozinha. Os já citados elementos extradiscursivos (principalmente aqueles pertinentes ao contrato literário) e os estereótipos consagrados pela sociedade colaboram de maneira decisiva para a construção desse *ethos*.

A grande importância do *ethos* é dar corpo à voz que se enuncia, conferir uma imagem à instância subjetiva da enunciação. A constituição de um *ethos*

permite articular corpo e discurso: a instância subjetiva que se manifesta através do discurso não se deixa perceber neste apenas como um estatuto, mas sim como uma voz associada à representação de um “corpo enunciante” historicamente especificado (Maingueneau, 2006, p. 271).

A incorporação desse *ethos* é o processo através do qual, a partir da enunciação, o intérprete da obra assimila o *ethos* e projeta um *corpo* que está relacionado a uma comunidade imaginária composta por aqueles que poderiam se encaixar naquele discurso.

Vocação enunciativa

Segundo Maingueneau (2006), “refletir sobre a emergência das obras é considerar o espaço que lhes dá sentido, o campo em que constroem os posicionamentos: doutrinas, escolas, movimentos... trata-se da construção de uma identidade enunciativa” (op.cit., p. 151). O conjunto de elementos que instituem e regulam doutrinas, escolas e movimentos variam e assim variam também as condições de surgimento das obras. De acordo com o regime estético, filosófico, etc., diferentes sujeitos se sentirão chamados a fazer literatura—quer seja por razões de autocrítica, quer pela presença/ausência de atrativos do fazer literário que se encontra legitimado em cada época, escola ou doutrina.

Embreagem paratópica

O interesse da noção de paratopia à análise do discurso literário está ligado à possibilidade de encontrar a motivação paratópica que existe na cena de enunciação nas marcas deixadas no enunciado. Como já vimos, a cenografia é a cena de enunciação que impulsiona e legitima a enunciação literária; ela é o conjunto das condições que tornam essa enunciação necessária e é, ao mesmo tempo, instaurada pela enunciação. Essas condições preexistem à enunciação na medida em que criam a necessidade para que a enunciação surja, mas são fundadas pela enunciação no sentido de que é a enunciação que as torna visíveis, que as mostra ao enunciá-las.

O autor é alguém a quem nenhum lugar pertence. Essa é sua paratopia primordial. Ele precisa, através de sua enunciação, estabelecer um lugar em que possa existir legitimamente.

Falamos, assim, da paratopia que interessa à análise do discurso: a paratopia que é fonte do processo criador, aquela que leva o escritor a, através da enunciação de sua obra, criar o seu lugar de ser.

O que torna possível identificar as condições fundadoras da paratopia — e, portanto, do motor que impulsiona a criação literária — é o que Maingueneau chama de **embreagem paratópica**. Os enunciados carregam em si as marcas de sua enunciação (embreantes), elementos que fazem parte simultaneamente da língua e do mundo e cujo valor significativo só é definido na enunciação em que existem. A enunciação literária também deixa marcas de sua situação enunciativa no enunciado que dela resulta:

Naquilo que se poderia chamar embreagem paratópica, estamos diante de elementos de ordens variadas que participam ao mesmo tempo do mundo representado pela obra e da situação paratópica através da qual se define o autor que constrói esse mundo (Maingueneau, 2001, p. 174).

Ou seja, através da análise das marcas que a enunciação deixa no enunciado e da relação que se pode estabelecer entre a enunciação e seu próprio dispositivo enunciativo, é possível estabelecer uma perspectiva discursiva do estudo literário.

Podemos encontrar embreagens de diversas ordens. Elas geralmente se organizam em alguns eixos semânticos:

- **Espaços paratópicos:** alguns locais são essencialmente paratópicos. A relação de afastamento pode se dar física ou subjetivamente; de qualquer forma, assinala um não-pertencimento intrínseco ao local.
 - **Paratopia geográfica:** quando o não-pertencimento se mostra de maneira física, isto é, quando o espaço paratópico se encontra fora da sociedade fisicamente, dizemos que há uma paratopia geográfica. Um exemplo clássico é o modelo do deserto: um local que se encontra afastado fisicamente do mundo.
 - **Paratopia social:** quando, por outro lado, o espaço paratópico se encontra inserido na sociedade, mas afasta-se dela de outra forma (impõe outras regras, outros valores, etc.), dizemos que há uma paratopia social. Um exemplo disso são as sociedades secretas.
- **Personagens paratópicos:** os personagens paratópicos, associados ou não a um lugar paratópico, são aqueles cujo pertencimento a determinada sociedade é problemático.
- **Paratopia limítrofe:** todos os elementos paratópicos encontram-se em uma posição de limite; esse limite, contudo, pode variar entre o mínimo ou o máximo em uma

escala determinada (rei e pária, por exemplo); por existir apenas no limite, o local paratópico alterna-se entre um extremo e outro, não ficando em posições intermediárias.

- **Relação paratópica com a sociedade:** os elementos paratópicos se relacionam a uma determinada sociedade de diversas maneiras:
 - **Marginalidade:** convivem em um limite, fora e dentro da sociedade, são tolerados, mas nunca aceitos integralmente.
 - **Antagonismo:** têm uma relação com a sociedade em que essa já não pode tolerá-los (bandidos, por exemplo).
 - **Alteridade:** é uma relação com o totalmente diferente (loucos, primitivos, etc.).

A embreagem paratópica é a sinalização da paratopia no discurso; é através dela que chegamos à paratopia fundadora, aquela cuja existência motivou a criação literária.

2.3. Nível discursivo: modos de organização do discurso

Ao dividir o ato de linguagem em três níveis, Charaudeau (1983) separa o âmbito da influência social—nível situacional—, o das escolhas que dizem respeito à organização discursiva—nível discursivo—e aquele em que são feitas as opções lingüísticas/languageiras—o nível semiolingüístico.

O nível discursivo dá conta da colocação em cena do ato de linguagem. Nesse nível organiza-se o discurso de acordo com um modo, propõem-se os papéis discursivos e se constrói o entorno comunicativo necessário à compreensão do ato.

Aqui se postulam questões relacionadas à *mise en scène*, ou seja, à manipulação e ao reconhecimento das estratégias necessárias para a encenação do ato de linguagem. As escolhas que são feitas nesse nível são das seguintes ordens (cf. Charaudeau, 2001b):

Enunciativa: são decididas as maneiras de falar e escrever já restritas pelo nível situacional. Aqui, o sujeito produtor toma decisões a respeito de como quer ser visto e que relação vai estabelecer com o outro e com a sua proposição sobre o mundo: modalização do discurso e criação de papéis enunciativos — alocutivos (relativo ao *TU*), elocutivos (relativo ao *EU*) ou delocutivos (relativo a *ELE*).

Enunciatória: é no nível discursivo que o sujeito produtor toma decisões a respeito dos modos de organização do discurso (descritivo, narrativo, argumentativo) que vai empregar para organizar seu ato de linguagem, essas decisões, no entanto, não são totalmente livres, elas também sofrem alguma restrição advinda do nível situacional.

Semântica: o sujeito produtor deve ter em mente qual o “el entorno cognitivo compartilhado” (Sperber *apud* Charaudeau, 2001b, p. 16) com seu interlocutor e construir seu discurso de forma que o outro possa compreendê-lo.

No nível discursivo, nos concentraremos nos modos através dos quais o discurso se organiza de acordo com as finalidades discursivas propostas pelo /ao sujeito falante. Essas finalidades podem ser: *enunciar, descrever, narrar e argumentar*.

A cada finalidade corresponde um Modo de Organização do Discurso (MOD); a cada modo é associada uma *função de base* e um *princípio de organização*, como se pode observar no quadro abaixo (Charaudeau, 1992):

MODE D'ORGANISATION	FONCTION DE BASE	PRINCIPE D' ORGANISATION
ÉNONCIATIF	<p>Rapport d'influence (JE? TU)</p> <p>Point de vue situationnel (JE? IL)</p> <p>Témoignage sur le monde (IL)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Position par rapport à l'interlocuteur • Position par rapport au dit • Position par rapport aux autres discours
DESCRIPTIF	<p>Identifier la succession Les êtres du monde de manière objective/subjective</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organisation de la construction descriptive (Nombre – Localiser – Qualifier) • La mise en description (effets et procédés)
NARRATIF	<p>Construire la succession des actions d'une histoire dans le temp autour d'une quête pour en faire en récit, avec ses actants.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organisation de la logique narrative (actantes e processos) • La mise en narration (identités et status du narrateur)
ARGUMENTATIF	<p>Expliquer une vérité dans une visée rationalisante pour influencer l'interlocuteur.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organisation de la logique argumentative • La mise en argumentation (procédés sémantiques et discursifs)

Tabela 1: Modos de Organização do Discurso¹³

13 Charaudeau, 1992, p. 642.

2.3.1. Modo de organização enunciativo

As *funções de base* do modo enunciativo são: determinar a relação de influência que se estabelece entre o sujeito que fala e o interlocutor; mostrar tanto o ponto de vista do sujeito que fala como a palavra de um terceiro (o outro). A realização dessas três funções constitui a própria enunciação, uma vez que enunciar é “organiser les *catégories de la langue* en les ordonnant de telle sorte qu’elles rendent compte de la *position* qu’occupe le sujet parlant par rapport à le *intellocuteur*, à *ce qu’il dit*, et à *ce que dit l’autre*” (Charaudeau, 1992, p. 648).

Relação do sujeito falante com o interlocutor: o sujeito que fala se posiciona em situação ou de inferioridade ou de superioridade em relação ao interlocutor. Como resultando, teremos modalidades em que o interlocutor é solicitado ou coagido a agir/ dizer, respectivamente.

Relação do sujeito falante com o dito: ao enunciar, o sujeito falante se posiciona em relação ao propósito que carrega sua enunciação através da modalização subjetiva de seu discurso. Esse posicionamento não implica o interlocutor, mas apenas a subjetividade do sujeito que fala e pode ser de várias ordens (ver Charaudeau, 1992, p. 649).

Relação do sujeito falante com o outro: através de um jogo, o sujeito falante “mostra” um discurso objetivo, que não é atribuído a ele mesmo. Esse discurso mostrado pode expressar a maneira como o mundo existe/se encontra ou recuperar um texto cuja autoria não é do sujeito falante. Dizemos que se trata de um jogo, porque toda enunciação tem como referência original o seu enunciador, assim, mesmo que haja uma pretensão à objetividade pura, essa não é alcançável; a subjetividade sempre irá atravessá-la.

O modo de organização enunciativo se constrói através de dois tipos de procedimento: lingüístico e discursivo. Os procedimentos lingüísticos dizem respeito à modalização empregada para explicitar os tipos de relação já mencionados. Os procedimentos discursivos se relacionam à colocação em cena de outros modos de organização do discurso (descritivo, narrativo e argumentativo) e os efeitos que provocam variam de acordo com o modo de organização com que interagem.

2.3.2. Modo de organização descritivo

No quadro da teoria Semiolingüística, o modo de organização descritivo é aquele que estabelece um mundo a partir do qual o modo narrativo pode contar ações e o argumentativo pode construir relações lógicas. A narração é constituída pela união dos modos de organização descritivo e narrativo. O primeiro é responsável pelos componentes que dão sentido à sucessão de ações que compõe a narração. Esses componentes são: *nomear*— identificar e classificar os seres do mundo—, *localizar-situar* —conferir-lhes um lugar e um tempo— e *qualificar*— atribuir-lhes características.

O processo de nomear introduz na *mise en description* os seres e suas propriedades. Esse componente ativa os mecanismos de construção do sentido e das palavras (*nomear, classificar, construir*) para instituir no discurso os seres de que vai falar e para poder atribuir-lhes propriedades. A atribuição de propriedades se dá através dos componentes **Localizar/situar** e **Classificar**. Os três componentes constituem o modo de organização Descritivo, que compreende um procedimento discursivo que apresenta o mundo de maneira estável, com seus seres e suas propriedades.

a. Nomear

O processo de **Nomear** cria os seres no discurso. Ele se dá a partir da percepção de uma diferença dentro do universo e da relação dessa diferença a uma semelhança — a classificação. Ao **Nomear** os seres e trazê-los à existência, o sujeito obedece à finalidade discursiva determinada na situação de comunicação. Assim, na narração, o componente **Nomear** dará sentido às funções narrativas.

Nomear é uma ação do sujeito, portanto, **Nomear** revela traços subjetivos marcados pela sociedade em que vive o sujeito. O modo Descritivo, segundo Charaudeau, ‘consiste donc à *identifier* des êtres du monde dont on peut vérifier l’existence par *consensus* (c’est-à-dire selon des codes sociaux) (Charaudeau, 1992, p. 660).

b. Localizar-situar

Localizar-situar confere aos seres um lugar e um tempo nos quais existir. Dessa forma, atribui-lhes características imprescindíveis para sua existência. Apesar de obedecer a uma

divisão objetiva do mundo, localizar-situar também está sobredeterminado pela visão do grupo social em que se insere.

c. Qualificar

Através da qualificação, são atribuídas aos seres características além daquelas inerentes que estão implícitas em sua nomeação/classificação.

Ao qualificar, o sujeito tem a oportunidade de propor sua visão do mundo. A qualificação propõe a visão particular do sujeito, esse, por sua vez, existe em uma sociedade que sobredetermina as normas que serão seguidas ou transgredidas na qualificação. Essas normas podem ser relativas aos sentidos (visão, tato, olfato, paladar e audição) ou às funções desempenhadas pelos seres qualificados.

Assim, o modo de organização Descritivo, através de seus componentes, estabelece um universo não dinâmico, em que os seres e as suas respectivas propriedades encontram-se estáveis, diferentemente do modo de organização Narrativo, que, por sua vez, parte do universo estabelecido pelo Descritivo para relacionar os seres, as propriedades e os processos pelos quais eles passarão. É através do Narrativo, portanto, que se estabelecem no discurso os processos que modificam o mundo instituído pelo Descritivo.

É importante, ainda, pensarmos a respeito dos procedimentos *discursivos* que integram o modo descritivo. Esses procedimentos são de várias ordens e correspondem a finalidades discursivas. Veja-se o quadro abaixo:

COMPOSANTES	PROCÉDÉS DISCURSIFS	FINALITÉ (de la Situation de Communication)	TYPES DE TEXTES
NOMMER	Identification	<i>recenser</i>	- Inventaire - Listes récapitulatives
LOCALISER		<i>renseigner</i>	- Listes identificatoires - Nomenclatures - Textes de loi
SITUER	Construction objective du monde	<i>définir</i>	- Textes didactiques - Textes scientifiques
QUALIFIER		<i>expliquer</i>	- Chroniques - Modes d'empoligo
	Construction subjective du monde	<i>inciter</i>	- Annonces - Récits littéraires
		<i>raconter</i>	- Résumés - Publicités - Déclarations

	<i>raconter</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Annonces - Messages - Catalogues - Récits journalistiques - Chansons - Bandes dessinées - Textes littéraires
--	-----------------	--

Tabela 2: Procedimentos discursivos do modo de organização descritivo ¹⁴

Como se vê, os procedimentos discursivos não são aleatórios, eles correspondem a finalidades específicas que por sua vez são determinadas na *situação de comunicação* juntamente com os contratos estabelecidos entre os sujeitos do ato de linguagem.

A reunião dos três componentes da descrição (nomear, localizar-situar e qualificar) constrói aquilo que Charaudeau chama de *imagem intemporal do mundo*. Uma vez descritos, os seres se encontram em um quadro estático que só pode ser transformado por outro modo de organização do discurso (o narrativo, por exemplo).

2.3.3. Modo de organização narrativo

De acordo com Charaudeau (1992), é importante diferenciar o *narrativo* e a *narração*. Essa última é uma totalidade constituída pelo modo de organização descritivo e pelo modo de organização narrativo, uma vez que uma narração é composta de qualificações e ações.

Enquanto o modo de organização descritivo apenas nos mostra um mundo imóvel/imutável, o narrativo nos faz descobrir um mundo que é constituído pela sucessão dinâmica de ações. A organização de mundo proposta pelo narrativo é *sucessiva, contínua* e exige um *início* e um *fim*. Dessa forma, o *sujeito que narra* é testemunha de uma sucessão de ações que transformam o mundo.

A construção discursiva do narrativo é o preenchimento de uma *estrutura lógica* com uma *superfície semantizada*, em outras palavras: há uma base estrutural lógica sobre a qual se constrói uma superfície semantizada.

¹⁴ Charaudeau, 1992, p. 686.

Nessa construção, está em jogo uma dupla articulação: a **organização da lógica narrativa** e a **organização da *mise en narration***. A lógica narrativa rege a sucessão das ações que são narradas e a *mise en narration* é a colocação em cena da representação dessa narração.

Três componentes são responsáveis pela construção discursiva do narrativo: *actantes*, *processos* e *seqüências*. Esses componentes são coerentemente dispostos segundo certos **procedimentos**.

Os *actantes* desempenham papéis narrativos. Esses papéis, por sua vez, se relacionam aos *processos* em que estão implicados os *actantes*. São os *processos* que oferecem *orientação funcional* à ação narrada. Ambos, *processos* e *actantes*, formam um todo: as *seqüências*, que possuem finalidades narrativas regidas por certos *princípios de organização*.

Obviamente, esses componentes são interligados e se constituem na interação que estabelecem entre si e cada um desses componentes apresenta particularidades que os caracterizam.

Os *actantes* representam *papéis narrativos*, que seguem uma *hierarquização* de acordo ou com o ponto de vista de sua natureza ou de sua importância na trama narrada; os *actantes* podem ser mais ou menos qualificados—especificados—de acordo com a necessidade de análise (cf. Charaudeau, 1992, p. 720).

Os *processos* se instituem e organizam de acordo com as *funções narrativas* que desempenham. Tais funções se relacionam intimamente com os *papéis narrativos* desempenhados pelos *actantes* e, portanto, aquelas se submetem à hierarquização e à qualificação da mesma forma que esses.

As *seqüências* seguem certos *princípios de organização* que estão relacionados à maneira como é concebida a lógica narrativa. Assim, o **princípio de coerência** diz respeito à necessidade da presença de ações que desempenhem papéis narrativos de *abertura* e de *fechamento*; o **princípio de intencionalidade** afirma que as ações ocorrem por alguma motivação, que se origina na *intenção* do sujeito, no seu *projeto de fazer* (Charaudeau, 1992, p. 728); o **princípio de encadeamento** define as maneiras como as ações se organizam em

estruturas mais complexas; e, finalmente, o *princípio de repérage* (localização/situação) determina a *localização* das seqüências no Espaço, a *situação* da seqüência no Tempo e a *caracterização* dos actantes, que, embora pertença ao modo descritivo, incide diretamente sobre o *princípio de intencionalidade*.

Esses *princípios de organização* dizem respeito especificamente ao modo de organização narrativo, no entanto, como já dissemos todos os níveis do ato de linguagem exercem e sofrem influência nos/dos outros níveis.

O *princípio de intencionalidade*, por exemplo, opera, de maneiras diferentes, em todos os níveis. No nível situacional, o mais abrangente do ato de linguagem, a intencionalidade manifesta-se no *projeto de fala* do sujeito comunicante. No nível discursivo, a maneira como a intencionalidade é manifestada varia de acordo com o(s) modo(s) de organização do discurso em uso; no modo narrativo, é a *motivação* das ações que manifesta a intencionalidade. No nível semiolingüístico, a intencionalidade se revela nas escolhas lingüísticas operadas pelo sujeito falante.

Ainda que se manifeste de uma forma diferente em cada nível, a intencionalidade enquanto *projeto de fala* age intrinsecamente em cada uma dessas manifestações.

2.3.4. Modo de organização argumentativo

Relações lógico-lingüísticas

Apesar de abordar as relações lógicas em um capítulo chamado ‘L’argumentation et les relations logiques’, Charaudeau (1992) ressalta que se, por um lado, os procedimentos lingüísticos de articulação lógica são categorias da língua que atuam principalmente na organização argumentativa da linguagem, por outro lado, tais relações, assim como outras categorias lingüísticas, podem atuar em todos os modos de organização do discurso. Assim, no capítulo citado, o lingüista francês trata de dois dos três níveis de construção das relações lógicas (*cognitivo e lingüístico*), para tratar do terceiro (*discursivo*) na parte de sua gramática em que apresenta o modo de organização argumentativo do discursivo.

Para Charaudeau, a operação lógica "est une opération qui consiste à relier entre elles deux assertions sur le monde, de telle sorte que l’existence de l’une dépende de l’existence de

l'autre, et inversement" (1992, p. 495). O que une essas duas asserções é uma ligação conceitual —e não formal— resultante de operações de raciocínio que relacionam os *seres*, as *propriedades* e as *ações*.

Essa ligação lógico-conceitual também depende do sentido e da forma como são expressas as asserções, ela tem a ver com os *arquétipos lógico-lingüísticos* construídos no nível cognitivo, com as *categorias da língua* e as *marcas formais* que constituem o nível lingüístico e assume diversas *configurações* de acordo com as restrições e coordenadas propostas pela situação de comunicação que integra um *dispositivo argumentativo* no nível *discursivo*.

Assim, a relação lógica existente entre duas asserções é assinalada para o interlocutor a partir de diversos índices que se constituem nos diferentes níveis de construção das relações lógicas.

No nível *cognitivo*, constroem-se os arquétipos lógico-lingüísticos que orientam as possíveis interpretações produzidas pelo interlocutor. Esses arquétipos funcionam como uma armazenagem de informações que são acessadas pelo interlocutor sempre que, de alguma forma, uma relação lógico-lingüística lhe é apresentada.

O nível *lingüístico* é aquele em que as marcas formais especificam a ligação lógica apresentada. Charaudeau ressalta que as marcas formais—sejam as palavras gramaticais, as palavras lexicais, certas construções frasais ou até mesmo a pontuação—apesar de exprimirem preferencialmente certa relação lógica—podem, dado determinado contexto, exprimir relações diferentes e, ainda, que diferentes marcas formais podem exprimir o mesmo tipo de relação.

No nível *discursivo*, o *dispositivo argumentativo*—constituído pelo contexto e a situação de comunicação—será responsável por definir a relação lógica.

Esses três níveis agem dinamicamente, uns sobre os outros, para determinar e modificar as relações lógico-lingüísticas. Nenhum deles, sozinho, é capaz de definir tais relações.

Assim, Charaudeau propõe cinco categorias lógico-lingüísticas que dependem de diversos fatores atuantes em cada um dos níveis citados: a conjunção, a disjunção, a restrição, a oposição e a causalidade, esta última agrupando as subcategorias: implicação, explicação e hipótese.

Segundo Charaudeau, as relações lógico-lingüísticas dependem também das marcas que as especificam no nível *lingüístico*—assim, poderíamos inferir, a partir de determinada marca, qual a relação lógica estabelecida entre duas asserções. Entretanto, o lingüista francês ressalta que as marcas lingüísticas podem ter uma vocação privilegiada para assinalar determinada relação, mas essa “vocação” pode, em certos contextos, ser negligenciada. Dessa forma, uma marca pode operar em relações lógicas diferentes e marcas diferentes podem estar a serviço da mesma relação lógica. Conseqüentemente, se partirmos de determinada palavra gramatical e procurarmos determinar a relação lógica expressa por ela, podemos não encontrar, necessariamente, a relação que *arquetipicamente* deveria ser expressa por essa marca.

Analisaremos aqui as relações de *restrição* e de *disjunção*.

Relação de restrição

A relação de restrição não é exatamente uma relação de oposição, porque relaciona dois termos que não se encontram sobre o mesmo eixo semântico (não se pode dizer “il est blanc mais noir” (1992, p. 514)). A restrição relaciona sintaticamente (em presença) dois termos que possuem ao menos um elemento constitutivo em comum. Para Charaudeau (1992, p. 517), semanticamente, a restrição pode ser “simples” ou “concessiva”. Ela será simples quando a asserção de base for introduzida por um marcador de restrição e será concessiva quando a asserção restritiva for introduzida por esse tipo de marcador.

Relação de disjunção

De acordo com Charaudeau, (1992, p. 506 ss), a disjunção relaciona duas asserções em torno de um elemento constitutivo comum e, ao relacioná-las, apresenta ao menos dois termos constitutivos dessas asserções como disjuntos. Essa disjunção se dá sobre um eixo comum constituído a partir de uma asserção genérica que engloba os termos disjuntos. Nesse

eixo, os termos disjuntos encontram-se, um à face do outro, em relação de oposição paradigmática.

Charaudeau diferencia dois tipos de disjunção: a *exclusiva*—que ocorre em construções afirmativas—, e a *inclusiva*—que ocorre em construções negativas.

A disjunção *exclusiva* admite apenas duas interpretações. O aspecto exclusivo dessa operação (a oposição é binária) diz respeito tanto ao sentido dos elementos em presença, quanto ao contexto, quanto à situação de comunicação. Nesse tipo de disjunção ou o primeiro termo é verdadeiro e o segundo, falso ou o contrário.

A disjunção *inclusiva* pode incluir uma terceira interpretação: podem ser verdadeiros ou o primeiro termo ou o segundo ou ambos.

Sobre os efeitos contextuais que podem resultar dessa operação lógica, Charaudeau descreve a equivalência (tanto faz se isso ou aquilo); a aproximação (às 7h ou às 8h); a oposição (morto ou vivo) e a consequência (faça isso, ou eu atiro).

Ao retomar as operações lógicas no modo de organização argumentativo, Charaudeau trata da disjunção como um *modo de encadeamento* que é um componente da *organização da lógica argumentativa*. A seguir, ao tratar dos procedimentos da *organização da lógica argumentativa*, a *escolha alternativa* é abordada como um *modo de raciocínio*. A escolha alternativa “met en opposition deux relations argumentatives ($A_1 \rightarrow A_2$ et $A'_1 \rightarrow A'_2$), et laisse la possibilité de *choisir* entre les deux, ou montre l'*incompatibilité* qui resulterait de la conjonction des deux” (Charaudeau, 1992, p. 799). A *escolha alternativa* evidencia a incompatibilidade entre duas asserções ou dois termos de uma asserção e estabelece a necessidade de uma escolha que terá resultados diferentes.

Quando nos deparamos com um enunciado em que há uma relação de disjunção marcada por “ou”, processos cognitivos são ativados para que se possa compreender a relação exposta:

1. *OU o mundo é o que existe, OU o que acontece.*

Automaticamente, sabemos que os dois termos que formam a asserção (A_1 e A_2) encontram-se em oposição e que, conseqüentemente, a negação de um deles implicará a afirmação do outro e vice-versa.

Van Dijk (1995) trata de ocorrências como o exemplo acima ao dizer que há casos de disjunção cuja estrutura é assimétrica e que podem ser parafraseados com um condicional e uma negação:

2. *Se o mundo não é o que existe, então ele é o que acontece.*

Em ambos os exemplos, a relação de disjunção —ou a *escolha alternativa*— está presente: há uma asserção genérica que engloba os dois termos; esses termos encontram-se sobre um mesmo eixo semântico e seu posicionamento é paradigmaticamente oposto—ainda que essa oposição seja inteiramente discursiva. Além disso, a negação de um dos termos implica a afirmação do outro, ou seja, eles são incompatíveis.

Isso mostra que os processos cognitivos ativados pelo marcador “ou” também podem ser ativados por outro marcador se a relação apresentada satisfizer todas as condições necessárias ao reconhecimento da relação como tal.

2.4. Nível semiolingüístico

Os três níveis do ato de linguagem, da maneira como foram propostos por Charaudeau (1983), organizam-se em dois âmbitos do ato: o externo—do *fazer*—e o interno—do *dizer*. O nível situacional constitui o âmbito do *fazer*; onde encontramos as instâncias palpáveis do ato: os *parceiros*, sujeitos psicossociais que se relacionam segundo o *contrato* vigente no ato, dentro de um *dispositivo* e por força de um *projeto de fala*.

Os níveis discursivo e semiolingüístico constituem o âmbito do *dizer*. Aí o projeto de fala se concretiza e resulta em um *texto*—o produto do ato de linguagem. Nível discursivo e semiolingüístico determinam a composição desse texto.

No nível semiolingüístico, atua “(...) uma competência específica, que consiste em saber reconhecer e usar as palavras em função de seu valor de identificação e sua força portadora de verdade”, (Charaudeau, 2001b, p. 17). Nesse nível, as escolhas dizem respeito àquilo que

poderia ser considerado micro: os detalhes que, ao invés de superficiais, ajudam a particularizar o texto resultante de um ato de linguagem. A composição do texto, sua construção gramatical e a escolha dos elementos lexicais se dão no nível semiolinguístico.

Como parte da escolha dos elementos lexicais, a construção desses elementos —sempre em função de sentidos que surgem no uso da língua— se revela no nível semiolinguístico.

Ainda, uma operação como a de negação age no nível semiolinguístico influenciando—ou até determinando—a construção de sentido produzida aqui.

A construção de palavras e a negação serão estudadas nesse nível para que, mais tarde seja possível relacioná-las à construção de sentido global do ato de linguagem que procuramos compreender, isto é, o romance *O último voo do flamingo*.

2.4.1. Mecanismos de sentido e construção das palavras

De acordo com Charaudeau, o sentido não pode existir absolutamente, sem forma ou contexto, mas em relação a outros sentidos. Dessa forma, o sentido “prend naissance dès l’instant qu’est perçue une différence” (Charaudeau, 1992, p. 13). É a percepção de uma diferença que leva o sujeito que fala a criar palavras para unir uma forma a um novo sentido.

Essa criação, ou construção, se dá pela ação de três mecanismos que trabalham concomitantemente: *nomear*, *classificar* e *construir*.

Nomear é a operação de linguagem que relaciona um conceito a uma forma, de maneira que aquilo que o homem percebe como novo seja “recenseado” e colocado em relação com o que já existe.

A percepção humana de algo novo, ou diferente, no mundo fenomenal, desencadeia um processo de **classificação** desse algo em relação semântica àquilo que já existe.

Ao **nomear** e **classificar** esse “algo novo” percebido, o homem **cria (constrói)** novos signos para atribuir-lhes. Essa criação, obviamente, não surge do nada, mas é o resultado de operações realizadas a partir de formas e sentidos já conhecidos.

Nomear, Classificar e Construir são mecanismos que não atuam independentemente, mas em cooperação. Os conceitos de **Nomear** e **Classificar**, propostos por Charaudeau, implicam-se reciprocamente e implicam o mecanismo **Construir**: ‘Nommer est une opération du langage qui consiste à construire un concept à travers une forme, en combinaison avec d’autres signes’ (Charaudeau, 1992, p. 17).

Classer est une activité inhérent au langage. Au même instant où l’homme perçoit, à travers son expérience, une différence dans le monde phénoménal, et qu’il en rend compte en créant un signe (voir NOMMER), s’effectue une double opération de classement : l’une, formelle, qui résulte du procédé de construction de la forme de ce nouveau signe (voir CONSTRUIRE), l’autre, sémantique, qui résulte des relations de sens que ce signe entretient avec d’autres signes déjà existants (Charaudeau, 1992, p. 49).

A associação desses três mecanismos dá origem às palavras que instituem no discurso as três classes conceituais: *seres, propriedades e processos*.

Os seres, também chamados de entidades, constituem a classe conceitual dos objetos do mundo fenomenal que o homem percebe e a partir dos quais ele constrói o sentido ao mesmo tempo em que lhes atribui um nome (cf. Charaudeau, 1992, p. 17). Essa classe conceitual é independente semanticamente, uma vez que não necessita de outras palavras para produzir sentido.

De acordo com Charaudeau, existem três tipos de seres:

FÍSICOS: situam-se no espaço e possuem três dimensões;

RESULTANTES DE UM PROCESSO: situam-se no tempo e constituem-se em entidades resultantes de um processo;

RESULTANTES DE UMA ABSTRAÇÃO: nem físicos, nem localizáveis no tempo, resultam de uma conceitualização abstrata.

Os processos constituem a classe conceitual que compreende “ce qui survient dans l’univers, ce qui se produit dans les temps et qui modifie un état des choses” (Charaudeau, 1992, p. 29).

Para produzir sentido, essa classe conceitual depende semanticamente de outras classes.

Os processos dividem-se em:

AÇÕES: atos ou atividades que se encontram sob responsabilidade de alguém humano com um projeto ou uma intenção.

FATOS: atividades que modificam um estado de coisas e implicam os seres envolvidos nessa modificação, sendo que essas atividades não se encontram sob responsabilidade de algum ser.

Diferentemente dos seres, a classe conceitual das *propriedades* não é independente semanticamente porque uma *propriedade* é algo que se atribui a um *ser* ou a um *processo*. Diferentemente dos processos, as propriedades não descrevem fenômenos que se produzem, mas *estados qualitativos*. Tais *estados qualitativos* dizem respeito a: “des caractères particuliers, des qualités, des manières d’être ou de faire que l’homme perçoit ou construit et qu’il assigne aux *êtres* ou aux *processus*.” (Charaudeau, 1992, p. 37).

A instituição dessas três classes no discurso depende da ação associada dos três mecanismos (**Nomear, Classificar, Construir**), que são ativados por situações reais. Em outras palavras, esses três mecanismos são colocados em funcionamento em função das necessidades reais que surgem no uso real da língua em situações de *mise en description*. Então, é através do componente **Nomear** da *Organização Descritiva* que esses mecanismos serão ativados em situação real.

Ao **Nomear** uma *nova realidade linguageira* (Charaudeau, 1992, p. 65), simultaneamente, uma operação de **classificação** relaciona essa nova realidade tanto formal quanto semanticamente às realidades já existentes. Assim, um novo signo é criado, sempre em uso e sempre em relação íntima com os signos já existentes.

Portanto, o **Construir** não está na origem do sentido, pelo contrário: o sentido é anterior e motivador do **Construir**. De acordo com Charaudeau (1992), são as necessidades sociais de denominar novas realidades ou de comunicar-se segundo valores psicológicos e sociais que levam à construção de novos itens lexicais. Os signos resultantes dessa construção

possuem ao mesmo tempo uma *função referencial*, que é relativamente objetiva, e uma *função de expressividade*, que é relativamente subjetiva e resulta dos usos feitos nos diversos grupos sociais (Charaudeau, 1992, p. 65).

A maneira como os novos signos são criados e incorporados à linguagem obedece a procedimentos estabelecidos pelo/no funcionamento das línguas. Esses procedimentos concernem a *forma* das palavras e seu *sentido*, sendo que ambos estão sempre ligados.

Os procedimentos de construção das formas

A construção das formas lingüísticas se dá em função do sentido, assim o novo está sempre associado ao conhecido tanto formal quanto semanticamente. A construção das palavras é resultado de várias relações de sentido que se manifestam formalmente. Portanto, não há criação absoluta, que surja totalmente nova: as formas lingüísticas são construídas a partir de outras já existentes, quando o uso faz com que haja a necessidade de uma nova forma. Segundo Charaudeau, é por isso que os procedimentos de construção da forma lingüística se explicam

en fonction de deux facteurs: l'un, d'ordre structurel, qui permet un jeu de substitution (paradigmatique) et de combinaison (syntagmatique) (...); l'autre, corrélatif du précédent, d'ordre sémantique, qui apporte un sens particulier au mot radical soit pour le modifier, soit pour le transformer (1992, p. 67).

Os procedimentos de base da construção formal que se dá a partir das relações de sentido obedecem a modelos que se estabelecem no interior dessas relações. Esses procedimentos são: a derivação (prefixação, sufixação), a composição, a abreviação e o empréstimo.

Interessa-nos aqui, em virtude das ocorrências que analisaremos, o procedimento de derivação por prefixação.

Derivação

No procedimento de derivação, elementos ou partículas (também chamadas de *afixos*) são adicionados a uma palavra lexical de base (chamada de radical). Os afixos podem ser colocados na frente (*prefixos*) ou atrás (*sufixos*) da palavra. Essas partículas nem sempre são

autônomas, alguma delas podem ter uma função autônoma no quadro de uma classe gramatical (como as preposições), enquanto outras são desprovidas de sentido quando não acompanham um radical.

Prefixação

O procedimento de derivação por prefixação, ao contrário do procedimento de derivação por sufixação, não altera a classe gramatical das palavras. A prefixação consiste em colocar no início da palavra um prefixo. Segundo Coutinho (1979), a maioria dos prefixos usados em língua portuguesa é de origem grega e latina.

A formação das palavras por prefixação obedece, como em outros procedimentos, à necessidade de criar palavras “en fonction d’élément de sens qui correspondent a des intentions de description du monde” (Charaudeau, 1992, p. 68). Dessa forma, os diversos prefixos conhecidos agregam à palavra determinado sentido que carregam. Não se trata, no entanto, de uma *soma de sentidos*, mas de uma relação mais complexa que pode ser única a cada enunciação. Cada prefixo apresenta sentidos latentes, que são atualizados de maneiras diversas a cada construção e que podem variar a cada enunciação.

Em língua portuguesa, alguns prefixos latinos mais comuns para a marcação de negação são: *contra*, *des*, *im*, *in* e *i* (Coutinho, 1979).

O prefixo negativo *des*

Encontramos, em *O último voo do flamingo*, numerosas ocorrências de palavras formadas por prefixação (ou até por derivação parassintética ¹⁵) cujo prefixo carrega um sentido de negação:

In: *Primeiro, inacreditei* (Couto, 2000, p. 43).

E sorria, defendendo suas incapacidades em assuntos marinhos (Couto, 2000, p. 52).

¹⁵ As palavras formadas por derivação *parassintética* serão aqui tratadas juntamente com aquelas formadas por prefixação, uma vez que o procedimento de sufixação não será tratado.

Im/ in/ des: *Essa Ana era uma mulher às mil imperfeições, artista de invariedades, mulher bastante descapotável (Couto, 2000, p. 29).*

I [r]: *Ele se irreconhecia (Couto, 2000, p. 165).*

Agora eu já não sou sujeito de nada. Me irresponsabilizo (Couto, 2000, p. 48).

Im: *Entendi: aquilo era a impura maldade (Couto, 2000, p. 208).*

Des: *Até o sacerdote se converter em desacreditado (Couto, 2000, p. 200).*

Mas depois veio esse desacontecimento (Couto, 2000, p. 200).

Assim, devido à grande quantidade desse tipo de ocorrência, fez-se necessário optar por um recorte que fosse ao mesmo tempo representativo do fenômeno e possível de ser abarcado. Optamos por tratar das ocorrências de palavras que marcam negação formadas por prefixação com o prefixo *des*. Essa opção se deve a 1] o grande número de vezes em que esse marcador é utilizado nessa obra; 2] o fato de esse marcador ter-se tornado um diferencial no português de Angola e de Moçambique¹⁶; 3] a diversidade de neologismos encontrados na obra produzidos com esse marcador.

Podemos começar nossa análise verificando o que dizem a respeito desse prefixo negativo alguns dicionários e gramáticas de língua portuguesa.

Dicionários

No dicionário Aurélio (1986, p. 540), encontramos o seguinte:

des- pref. De form. Vern., extremamente prolífico, sobre o qual comenta J.P. Machado: “De indubitável origem latina, não se esclareceu ainda definitivamente de que palavra ou locução; há duas sugestões: *dis-*, para uns; *de ex*; para outros (...)”; exprime sobretudo:

1) oposição, negação ou falta: *desabrigo, desamor, desarmonia, desconfiança, descortês, desleal, desproporção, dessaboroso*; **2)** aumento, reforço, intensidade: *desafastar, desaliviar, desapartar, desferir, desinfeliz, desinquietao*; **3)** separação afastamento: *descascar, desembolsar, desenterrar, desmascarar*;

No dicionário Houaiss (2004, p. 947):

des-. [Do lat. ex.] Pref.= ‘separação’, ‘transformação’, ‘intensidade’, ‘ação contrária’, ‘negação’, ‘privação’: *despedaçar, desfazer, desleixar, desumano*. [Assume, às vezes, caráter reforçativo: *desafastar, desalhear, desalijar, desaliviar, desapagar, desapartar, desapear, desbarrancado, desborcar, desencabritar, desenxabido, desfear, desfruir, desinfelicidade, desinfeliz, desinquieta, desinquieta, desinsofrido, deslisar, desmochar, desnu, desnudar, desnudez, despelar; e, em um caso (pelo menos), reiterativo: deslavar.*]

Comparando ambos os dicionários, percebemos que a maioria das idéias são recorrentes: ‘oposição’ (‘ação contrária’), ‘negação’ ou ‘falta’ (‘privação’), ‘separação’ (‘afastamento’), ‘reforço’ (‘caráter reforçativo’) e ‘intensidade’. No entanto, as idéias de ‘transformação’ e ‘aumento’, presentes uma no Aurélio outra no Houaiss, respectivamente, não encontram eco no dicionário comparado.

Gramáticas

Em sua *Gramática de Usos do Português*, Moura Neves afirma: “existe negação **prefixal**, na qual uma palavra é negada por meio de um **prefixo** negativo” (2000, p. 305). A autora não propõe uma lista dos prefixos em língua portuguesa, mas oferece exemplos, dentre os quais, dez iniciam pelo prefixo *des*.

Em sua Gramática da Língua Portuguesa, Mira Mateus, ao tratar da “Negação lexical” afirma que, na negação por prefixação de sentido negativo, “nomes, adjetivos e verbos adquirem sentido negativo por anteposição de elementos de sentido negativo, **prefixos** de negação: (...) *des-*; (...)” (1983, p. 157).

2.4.2. A negação

A Negação é uma operação modificadora que produz diversos efeitos de sentido. O estudo dessa operação oscila entre abordagens tradicionais — em que a Negação é vista apenas em seu aspecto formal, isto é, ela é estudada dentro da classe dos advérbios, como ressalta Charaudeau (1992, p. 551s) ao citar gramáticas tradicionais francesas — e abordagens que procuram investigar os efeitos de sentido criados pela Negação, tanto no nível sintático-semântico quanto no pragmático, e as diversas formas que ela pode assumir para exprimir sentido negativo.

Interessado nos efeitos de sentido produzidos pela Negação, Charaudeau (1992, p. 554) fala em Asserção e Afirmação: Asserção como proposição sobre o mundo e Asserção

como ato de enunciação; Afirmação como forma positiva de uma proposição e Afirmação como ato de enunciação. Dessa forma, o autor considera que a Negação é o pólo negativo da Asserção que expressa uma proposição sobre o mundo. O linguísta francês atenta para o fato de que as abordagens que se restringem a tratar da Negação apenas em seu aspecto formal — e, sobretudo, o fazem estritamente tratando dos advérbios de negação — tendem a não esclarecer o que está em jogo semanticamente e induzir ao erro. Por exemplo, afirmar que a Negação é operada por advérbios pode induzir à suposição de que uma Negação modifica necessariamente e apenas um verbo, um adjetivo ou outro advérbio — características atribuídas aos advérbios em geral — tal suposição seria errônea, quando sabemos que as partículas de Negação modificam basicamente as relações estabelecidas no interior do enunciado e no nível pragmático.

Charaudeau ainda ressalta que “*toute négation se justifie, du point de vue discursif, par la plausibilité d’une assertion inverse*” (1992, p. 563), isto é, a Negação é o reverso de uma asserção afirmativa possível em algum contexto e se faz necessária ou, ao menos, justificável pela Negação dessa asserção possível.

Atuação da negação

A Negação é uma operação que atua no interior do enunciado — no nível sintático-semântico — e também no nível pragmático. Essa atuação, obviamente, não ocorre da mesma forma em ambos os níveis. Vejamos separadamente o que ocorre em cada um deles.

Nível sintático-semântico

Segundo Charaudeau, existem três formas de Negação: Negação de enunciado, Negação condensada e Negação de réplica.

- a. Negação de enunciado: é aquela que nega “*l’ensemble d’une combinaison d’éléments qui forment une proposition ou un énoncé*” (Charaudeau, 1992, p. 295);
- b. Negação condensada: esse tipo de Negação nega a realização de um processo ou uma qualificação através da negação de um dos elementos do enunciado;

- c. Negação de réplica: nega-se globalmente um enunciado quando em situação de réplica.

Nível pragmático

Do ponto de vista pragmático, o tipo de Negação mais freqüente é aquele que descreve um evento ou estado negativo, chamado por Charaudeau de ‘l’affirmation d’un contenu négatif’ (1992, p. 564). Além desse tipo, há também o que o autor francês chama de ‘réfutation d’un énoncé positif’ (ibidem, p. 564). O primeiro tipo é fruto da combinação de uma Proposição e de um ato de enunciação, isto é, do universo referencial e da descrição do mundo do sujeito falante segundo seus pontos de vista. O segundo tipo nega a relação entre os elementos que constituem o conteúdo semântico de uma afirmação correspondente.

Charaudeau ressalta que a afirmação correspondente é parte integrante da Negação. Para o lingüista, discursivamente, a Negação se justifica pela plausibilidade de uma asserção inversa — a afirmação correspondente. Ao produzir um enunciado negativo, o falante acredita que o ouvinte esteja familiarizado com a possibilidade da afirmação correspondente. Assim, a asserção afirmativa que é negada é parte do conhecimento necessário à compreensão da asserção negativa.

Na asserção negativa é a parte assertiva da afirmação correspondente que será negada; aquilo que estiver pressuposto na afirmação — e, portanto, também pressuposto na Negação — não será incluído no escopo da Negação. Dessa forma, em

*(...) contrariando as gerais expectativas de que as violências **não iriam nunca** parar (Couto, 2000, p. 11).*

e na afirmativa correspondente que está implícita

*(...) contrariando as gerais expectativas de que as violências **iriam** parar.*

haver violências é o pressuposto que não pode ser negado.

O pressuposto que o falante acredita fazer parte do conhecimento do ouvinte pode ter várias origens. Ele pode ter sido explicitamente dividido entre falante e ouvinte, constando

inclusive no contexto da enunciação; pode ser parte da cultura do ouvinte — ou assumido como tal pelo falante —; ou estar implícito de alguma maneira na crença que o falante supõe que o ouvinte tenha. De qualquer forma, é a partir desse pressuposto que se constrói e se compreende a Negação.

Assim, uma vez que pressupõe o conhecimento compartilhado sobre a possibilidade de uma afirmação correspondente, acredita-se que as asserções negativas não sejam usadas para inserir proposições novas em contexto discursivo, mas para negar proposições já introduzidas — ainda que implicitamente.

Marcas e efeitos da negação

A Negação difere da Afirmação, na maioria das vezes, pela presença de marcadores negativos que variam conforme as línguas. Tais marcadores apontam para diferentes construções de sentido. Isso não significa, no entanto, que a aplicação deste ou daquele marcador defina aprioristicamente o sentido de um enunciado; pelo contrário: cada enunciado é único e a cada vez pode atualizar ou não o sentido latente das marcas lingüísticas que utiliza.

Dessa forma, procuramos aqui analisar alguns efeitos de sentido que possam ser resultantes de construções lingüísticas que são utilizadas numa enunciação literária particular, qual seja, o romance *O último voo do flamingo*.

Para tanto, procuramos analisar ocorrências de marcadores negativos e agrupá-los tanto segundo tais marcadores, quanto segundo os efeitos de sentido resultantes do conjunto de condições que lhes tornam possíveis. Tais condições compreendem: a situação em que os enunciados são produzidos (isto é, o conjunto de paradigmas fornecidos pelo discurso literário), o contexto discursivo em que ocorrem (considerando-se principalmente os modos de organização do discurso em que se inserem) e, finalmente, a materialidade lingüística que é tecida na enunciação da obra.

O marcador “não”

Tomando-se por princípio que as marcas lingüísticas apenas apontam para sentidos que podem ou não ser atualizados no uso concreto dos enunciados, é necessário que

examinemos com olhar crítico e, por que não?, desconfiado cada uma das marcas que examinamos.

O marcador “não” é de grande importância por ser o mais recorrente. É preciso estarmos atentos para o valor não negativo de “não”. Mesmo gramáticas tradicionais, como a *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Almeida (2005), assinalam que, em casos específicos, “não” pode ter valor não negativo: “A expressão *pois não* tem força positiva, equivalente a *pois sim*, conforme o tom em que é proferida” (op. cit., p. 321).

Em uma breve incursão à fala cotidiana do povo brasileiro, podemos perceber como se opera essa mudança de sentido. Imaginemos a seguinte situação: estamos em um restaurante e pedimos a conta à/ao atendente que prontamente nos responde:

—Pois não.

Qualquer falante proficiente do português brasileiro compreende que a resposta é afirmativa e que nosso desejo será atendido.

Isso posto, consideramos a situação concreta dos enunciados coletados para o estudo a que nos propomos aqui.

3. MÉTODO

A problemática que nos propomos estudar nesse trabalho — como se dá a construção da paratopia no romance *O último voo do flamingo* — precisa ser abordada a partir de um arcabouço teórico capaz de abarcar questões lingüísticas, textuais e de posicionamento do escritor. Para tanto, propomos um entrelaçamento entre teorias de dois autores.

A partir do questionamento inicial, passamos a analisar a obra como um ato de linguagem e dividimos esse ato segundo os três níveis propostos por Charaudeau: *situacional*, *discursivo* e *semiolingüístico*.

Desde o início, portanto, a teoria Semiolingüística esteve na raiz da problematização que se foi delineando. Construimos ao redor dela a estrutura teórica de que nos valeríamos para analisar o texto. Ao dividirmos o ato de linguagem em níveis, percebemos — pela complexidade apresentada — que seriam necessárias outras teorias, teorias que fossem capazes de abarcar a realidade do texto literário, ou melhor, do domínio literário, em que se inseria o nosso objeto de estudo.

Nesse ponto, encontramos Dominique Maingueneau e sua *Paratopia*. A idéia de que o escritor é um indivíduo a quem nenhum lugar cabe — porque vive em um lugar fronteiro com o não-lugar — e que precisa, através da enunciação de sua obra, criar e legitimar um lugar para existir fez-nos olhar para os dois sujeitos afastados de *O último voo do flamingo* e percebê-los como as duas faces limítrofes desse escritor e, ao mesmo tempo, perceber o texto como a sua enunciação legitimadora.

O grande número de negações existente na obra apontava para uma construção paratópica que procurasse negar algo. Ao mesmo tempo, a história narrada constantemente apresentava a falta, a negação e o vazio como temas recorrentes, chegando a um clímax de ausência: o próprio país deixa de existir e, em seu lugar, resta “um imenso abismo”.

Esse trabalho, portanto, foi concebido a partir da teoria Semiolingüística e a ela deve a sua estrutura: dividimos a análise do texto de acordo com os três níveis — situacional, discursivo e semiolingüístico — propostos por Charaudeau. Em cada um desses níveis, nos aprofundamos naqueles aspectos que nos pareciam mais relevantes à análise final, qual seja, a do papel da operação de negação na construção do lugar paratópico enunciado pelo autor de *O último voo do flamingo*.

No primeiro nível, o situacional, focalizamos a questão do domínio literário, cuja compreensão se dá via noções de discurso literário e de paratopia.

No nível seguinte, o discursivo, permanecemos na teoria Semiolingüística e enfatizamos os Modos de Organização do Discurso empregados na narração: descritivo e narrativo.

Finalmente, no nível semiolingüístico, priorizamos o estudo da operação de negação. Para determinar o *corpus* a ser analisado, selecionamos 472 ocorrências de variados tipos de negações. Essas ocorrências foram então classificadas de acordo com as marcas de negação empregadas. Essa classificação resultou em 11 categorias, das quais duas—aquelas que consideramos mais representativas quantitativa e qualitativamente—são analisadas nesse trabalho.

A verdadeira análise, entretanto, se dá no imbricamento de todos esses níveis, que não podem ser separados senão didaticamente. A obra literária, apreendida aqui como uma enunciação, só pode ser compreendida em sua complexidade, quando as condições que concorrem para seu surgimento (a sua *cenografia*) não são dissociadas do texto que resulta de sua enunciação. Essa é a proposta preconizada por Charaudeau:

Nosso objetivo de análise do discurso consiste em destacar as características dos comportamentos linguageiros (o “como dizer”) em função das condições psicossociais que os restringem segundo os tipos de situações de troca (os “contratos”). É uma dupla perspectiva, em relação de reciprocidade: que condições propiciam quais comportamentos linguageiros possíveis, e quais comportamentos efetivos são propiciados por quais condições (Charaudeau, 2005, p. 21).

Portanto, o uso da negação de forma tão marcante quanto verificamos no romance estudado, apesar de manifestar-se no nível semiolingüístico, não pode ser desvinculado dos mecanismos, elementos e princípios que atuam nos demais níveis do ato linguageiro;

especialmente, não pode ser alienado das restrições e estratégias proporcionadas pela situação de comunicação (nível situacional), uma vez que é nela que se definem o *contrato* que une os parceiros do ato, suas *identidades* e o *dispositivo* em que a troca linguageira ocorre.

4. A PARATOPIA NOS TRÊS NÍVEIS DO ATO DE LINGUAGEM

4.1. Posicionamento paratópico em *O último voo do flamingo*

Não há “situação” paratópica exterior a um processo de criação: dada e elaborada, estruturante e estruturada, a paratopia é aquilo de que se precisa ficar livre por meio da criação e aquilo que a criação aprofunda; é, a um só tempo, aquilo que cria a possibilidade de acesso a um lugar e aquilo que proíbe todo pertencimento (Maingueneau, 2006, p. 109).

A situação paratópica de um escritor não é simplesmente resultado de uma imposição da sociedade ou do *espaço literário*, ela é fruto da relação que o escritor mantém com a sociedade e o espaço literário e se manifesta através de seus posicionamentos e escolhas. Quando falamos em um posicionamento paratópico do escritor Mia Couto, não falamos de uma paratopia própria da literatura africana, nem dos escritores luso-descendentes nascidos em África—ou de qualquer outra tipologia que possamos delinear. Tratamos aqui de um posicionamento—uma *cenografia*—que se estabelece e se torna perceptível para o leitor a partir do momento em que o escritor enuncia sua obra no âmbito de *sua* paratopia, relacionada à maneira como ele a sente.

O posicionamento paratópico de um escritor torna-se perceptível na instauração de sua obra graças a três dimensões: a *cenografia* — o lugar legitimador da obra, a partir de que ela é enunciada e que é enunciado nela; o *código de linguagem* — escolhas lingüísticas e languageiras implicadas e manifestas pelo/no texto; e o *ethos* — personificação da voz que enuncia e que é criada na própria enunciação.

Porque analisamos essa enunciação literária—isto é o romance *O último voo do flamingo*—à luz da teoria Semiolingüística, conseguimos perceber que o posicionamento paratópico influencia (e se manifesta em) todos os níveis do ato de linguagem. Sua origem está no nível situacional: é o escritor—sujeito comunicante—que se sente movido por uma paratopia que alimenta seu *projeto de fala*. No nível discursivo, a história que é contada—construída no tecido dos modos descritivo e narrativo—desenha as ausências, as faltas, as

negações e culmina num clímax paratópico. No nível semiolingüístico, as escolhas lexicais e sintáticas são resultados concretos e visíveis de um projeto de fala que procura construir algo novo enquanto questiona o que está estabelecido.

4.2. Paratopia no âmbito do *fazer*: nível situacional e projeto de fala paratópico

De maneira geral, podemos afirmar, a partir de Maingueneau (2006), que o contrato comunicacional que rege o ato de linguagem compreendido pelo romance *O último voo do flamingo* é um contrato determinado pelo *espaço literário* e os três planos que o constituem¹⁷, em outras palavras, é um contrato em que o sujeito comunicante exerce o *papel* de escritor e o sujeito interpretante, o de leitor—mesmo que possa haver vários níveis de leitores.

Esse é, no entanto, o contrato que rege as obras literárias: há de se ter, do lado do sujeito comunicante, um escritor e, do lado do sujeito interpretante, um leitor—seja esse de que tipo for: um editor, um mecenas, um estudante de literatura, etc. A fim de procurar um aprofundamento mínimo a respeito desse contrato, faz-se necessário conhecer melhor o *campo discursivo* em que se produz essa obra/enunciação. De acordo com Maingueneau (*op. cit.*), o *campo discursivo* é o lugar, dentro do *espaço literário*, em que se postulam questões a respeito dos diversos regimes de produção literária—escolas, manifestos, doutrinas, locais geográficos, meios de divulgação, etc.

Ao pensarmos em *O último voo do flamingo*, precisamos refletir sobre as condições de fazer literário que se estabelecem no final do século XX/ início do século XXI para um escritor moçambicano e sobre como o escritor Mia Couto se relaciona com tais condições. Obviamente, não pretendemos aqui fazer um estudo aprofundado dessas condições, mas oferecer alguns elementos para reflexão.

Chabal (1995) afirma que, de acordo com a crença pós-modernista, no mundo contemporâneo, as identidades individuais são cada vez mais resultado de um cruzamento cultural e os valores pelos quais os indivíduos se organizam são crescentemente relativos; como exemplo desse cruzamento cultural, Chabal cita a literatura e três escritores em

¹⁷ Ver seção 2.2, p. 16 e 17.

particular: Salman Rushdie, Wole Soyinka e Mia Couto. Para Chabal, esses autores produziram arte ocidental, mas com inspiração oriental ou africana.

É importante nos perguntarmos o que possa ser essa inspiração africana e como esse aparente paradoxo entre arte ocidental e inspiração africana se reflete nas condições de enunciação da obra de Mia Couto. No mesmo texto, Chabal afirma que “para nós no Ocidente, África é aquela parte do mundo que permanece mais profundamente dotada das duas facetas do “outro”—o misterioso e o exótico (...)” (1995, tradução livre).

Assim, podemos imaginar que, vista a partir de uma perspectiva ocidental, a mencionada inspiração africana traduz, por exclusão, aqueles elementos encontrados na obra de escritores como Mia Couto, por exemplo, que não podem ser considerados ocidentais.

Essa relação entre arte ocidental e inspiração africana é abordada pelo próprio Mia Couto:

Sou um escritor africano de raça branca. Este seria o primeiro braço de uma apresentação de mim mesmo. Escolho estas condições — a de africano e a de descendente de europeus— para definir logo á partida a condição de potencial conflito de culturas que transportam (...) como outros brancos nascidos e criados em África, sou um ser de fronteira. Para melhor sublinhar minha condição periférica, eu deveria acrescentar: sou um escritor africano, branco e de língua portuguesa. Porque o idioma estabelece o meu território preferencial de mestiçagem, o lugar de reinvenção de mim. Necessito inscrever na língua de meu lado português a marca da minha individualidade africana: Necessito tecer um tecido africano, mas só o sei fazer usando panos e linhas européias (Couto apud Rios, 2006).

O *tecido moçambicano* que se produz através dos *panos e linhas européias*—a arte ocidental— significa mais do que a inspiração africana de Mia Couto. A africanidade está na origem de sua obra, na cenografia que dá à obra condições de surgimento, na paratopia que impele o autor a enunciar-se, mas está, no outro extremo, na finalidade dessa enunciação, num propósito consciente e explícito de criar um lugar novo, uma identidade nacional.

Tutikian (2006, p. 60) considera este o “grande projeto literário” de Mia Couto: “o projeto de moçambicanidade, o desvendamento da identidade de um país esquecido de si (...)”. Relacionando essa afirmação às teorias que empregamos nesse trabalho, aquilo que amplamente Tutikian considera “grande projeto literário” de Mia Couto, para nós, se traduz no seu projeto de fala a cada enunciação, a cada obra.

Segundo Hall,

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (Hall, 2004).

Couto é um construtor de símbolos e representações. Sua paratopia é absoluta, o seu lugar, o lugar de onde se propõe enunciar, é um lugar que ainda não existe, é um lugar em construção: um país que possa se reconhecer como nação, uma nação que reconheça seus filhos todos como moçambicanos— descendentes de africanos ou não.

Dessa forma, percebemos que há elementos sociais e até políticos que proporcionam o “chamamento” de que trata Maingueneau—a atração que a situação em que o espaço literário se encontra em determinado momento exerce sobre esse ou aquele indivíduo. Mais do que reivindicar um posicionamento estético, trata-se de posicionar-se frente à situação sócio-política que se apresenta. O escritor sente-se “chamado” a fazer literatura por acreditar em algo a dizer nessa discussão: é o que Maingueneau chama de *vocação enunciativa*¹⁸, porém, compreendida além de posicionamentos estéticos. Atua aqui uma força mais profunda cujo motor é a potencialidade subjetiva (desejo) que move o sujeito positivamente em busca da expressão de um futuro melhor (cf. Abdala, 2003, p. 20 e 21).

4.2.1. Cenografia e *ethos*

Ao apreendermos a obra literária como uma enunciação, atribuímo-lhes uma *cena de enunciação*¹⁹. Um dos componentes dessa cena é a *cenografia*, que só é alcançável a partir de marcas deixadas na própria enunciação; ela é o cenário que, ao mesmo tempo em que origina a enunciação, é validado por ela.

A cenografia compreende uma *cronografia*, uma *topografia*, o enunciador e o destinatário, ou seja, ela compreende as coordenadas *eu ↔ tu, aqui, agora* que são implicadas na enunciação. Em *O último voo do flamingo*, essas coordenadas, além de permearem toda a

¹⁸ Ver seção 2.2.2, p. 25.

¹⁹ Ver seção 2.2.2, p. 22.

obra, são estabelecidas logo ao início, no pré-texto que é assinado pelo “tradutor de Tizangara” (Couto, 2000, p. 11, 12).

Nesse texto, o tradutor situa o tempo em que decorreram as ações que serão narradas—“Estávamos nos primeiros anos do pós-guerra”—e sinaliza o local em que elas aconteceram—“Na altura dos acontecimentos, eu era tradutor a serviço da administração de Tizangara”. Seu lugar como enunciador (eu) e como narrador é o primeiro elemento a ser estabelecido: “Fui eu que transcrevi, em português visível, as falas que daqui se seguem” (todas as citações em Couto, 2000, p. 11).

O local e o tempo da enunciação, no entanto, não coincidem com o local da ação: o distanciamento temporal é marcado claramente por expressões como “hoje são vozes que não escuto senão no sangue” e “na altura dos acontecimentos”, que denotam um espaço de tempo considerável entre o acontecimento dos fatos narrados e sua narração. No início do texto, confirmamos que a ação transcorre em Tizangara: “Nu e cru eis o facto: apareceu um pénis decepado em plena Estrada Nacional, à entrada da vila de Tizangara” (Couto, 2000, p. 17); mais tarde, surge a primeira referência a Moçambique na voz da prostituta local: “Morreram milhares de moçambicanos, nunca vos vimos cá. Agora, desaparecem cinco estrangeiros e já é o fim do mundo?” (Couto, 2000, p. 34).

Para que possamos ter uma idéia a respeito do momento da enunciação, precisamos considerar aqui três momentos e locais distintos: 1] o momento e o local em que o escritor Mia Couto publica a sua obra (fornecidos pelas informações da contracapa do livro), 2] o momento e o local em que o narrador (sujeito enunciador) dirige-se a um destinatário através da carta que inicia o livro e 3] o momento em que se passam os fatos narrados. Conhecemos 1: a obra foi publicada em Lisboa, no ano 2000; assim como conhecemos 3: a guerra de que fala o narrador acabou em 1992, em Moçambique. Acreditamos que 2 se deu em algum momento entre esses dois tempos, mas não conhecemos o lugar de onde o narrador escreve sua carta. Esse mistério faz parte da história que será contada.

Da mesma forma que a cada uma dessas instâncias corresponde uma *topografia* e uma *cronografia*, também os sujeitos do ato de linguagem variam. Na primeira instância, nós temos o sujeito comunicante, o escritor, que se dirige a um sujeito interpretante, leitor. A seguir, nós temos o narrador, que dirige sua narrativa a um sujeito destinatário coletivo, que

também é formado por leitores: “Deixo-vos na procura da resposta, ao longo destas páginas” (Couto, 2000, p. 12). E, finalmente, temos o mesmo sujeito enunciador dirigindo-se a sujeitos destinatários variados nos diálogos narrados. Obviamente, sabemos que o sujeito destinatário é sempre o leitor da obra. Esse é projetado pelo sujeito comunicante ao pensar a obra e é implicado pelo sujeito enunciador durante sua enunciação.

O *ethos* que adjaz à obra diz respeito tanto ao sujeito comunicante, quanto ao enunciador. Essa imbricação de sujeito comunicante e sujeito enunciador transparece, ao menos, em um momento da obra, quando o sujeito enunciador reconhece-se como mulato:

O pensamento do sacerdote ia direto no assunto: mulatos não somos todos nós? Mas o povo em Tizangara não queria reconhecer-se amulatado. Porque o ser negro—ter aquela raça—nos tinha sido passado como nossa única e última riqueza. E alguns de nós fabricavam sua identidade nesse ilusório espelho (Couto, 2000, p. 61).

Esse reconhecimento, ainda que tímido, é um sinal da mistura de que trata a moçambicanidade que o sujeito comunicante implica em seu projeto de fala: ser mulato, aqui, não diz respeito à genealogia do narrador—seus pais são africanos—mas à cultura mulata de Moçambique: influenciada pelas tradições africanas e pelos valores europeus trazidos pelo colonizador. O fato de o narrador ser “o tradutor de Tizangara” denota exatamente esse cruzamento cultural de que ele é testemunha e fruto.

Assumir-se como mulato é reconhecer-se na mistura cultural, na cultura mulata dos países pós-descolonização. O adjetivo “mulato” aqui tem seu valor transformado: de negativo e até pejorativo passa a ser positivo; nas palavras de Bourdieu (*apud* Abdala, 2003, p. 271), “o estigma provoca a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma”. O sujeito comunicante (escritor) reivindica e abraça o “ser mulato” para dividir essa condição com o sujeito enunciador, criando, assim, um espaço comum em que ambos podem existir fraternalmente. Nesse momento, a aparente distância—que tantas vezes mencionamos aqui—entre sujeito comunicante (escritor branco) e sujeito enunciador (narrador negro) se desfaz e dá lugar a uma identidade mulata compartilhada. A instituição dessa identidade, no entanto, não se dá de forma simples e imediata. Há aí um processo complexo de construção dessa identidade que não está resolvido, menos ainda concluído. A complexidade desse processo é tanta que se faz necessária uma “pausa”, uma suspensão do país até que seja possível pensá-lo como um país de todos.

Por outro lado, uma visão “de fora” sobre a África é frequentemente apresentada: “Como podiam soldados estrangeiros dissolver-se assim, despoeirados no meio das Áfricas, que é como quem não diz, no meio de nada?” (Couto, 2000, p. 32).

Para construir um contraponto entre a visão do narrador—uma visão africana, *de dentro*—e a visão europeia, *de fora*, o personagem do oficial italiano Massimo Risi é frequentemente confrontado com as características “exóticas” africanas:

*O italiano virou-se para mim, como se, de repente, a lonjura se abatesse nele:
—Pode-me traduzir, depois? (Couto, 2000, p. 39).*

— Você quem é?

— Sou seu tradutor.

— Eu posso falar e entender. Problema não é a língua. O que eu não entendo é esse mundo daqui (Couto, 2000, p. 42).

Ficou olhando o balde como se reparasse, pela primeira vez, o quanto pode valer um pouco de água (Couto, 2000, p. 60).

E o que ele tinha esclarecido? Uma meia dúzia de histórias delirantes no seu parecer. Sentiu-se só, com toda África lhe pesando (Couto, 2000, p. 104).

Assim como é confrontado com a naturalidade com que as pessoas locais encaram fatos para ele incompreensíveis:

— Entende agora por que viemos aqui? Para você ver que em Tizangara não há dois mundos.

Ele que visse, por si, os vivos e os mortos partilharem da mesma casa (Couto, 2000, p. 69).

A cenografia que se constrói, portanto, implica uma visão contemporânea de Moçambique que procura unir a visão interna, do africano, que compreende naturalmente a tradição em que está inserido, e uma visão de fora, do europeu, que olha tudo com espanto e custa a compreender os valores que estão em jogo. Da mesma forma, o espaço mulato—de miscigenação cultural, mais do que racial— é instituído como um espaço de igualdade.

4.2.2. Código de linguagem

O código de linguagem de *O último voo do flamingo* é uma das formas, senão a principal, como a paratopia é materializada.

A utilização da língua portuguesa está na origem da paratopia implicada na obra: valer-se da língua do colonizador é, mais que uma opção, um posicionamento de valorização da tradição europeia que também é herdada pelos moçambicanos livres. Contudo, o emprego dessa língua não é passivo, nem pacífico, ele se faz no âmbito de uma construção identitária em que são valorizadas as palavras tradicionalmente africanas—aportuguesadas ou não—as palavras de origem portuguesa “transformadas” no uso pelo povo moçambicano e as novas palavras criadas pelo escritor. Em muitos momentos, não nos é possível diferenciar entre esses dois tipos de neologismos, o popular e o literário, já que ambos seguem procedimentos de formação de palavras semelhantes. De qualquer forma, o que realmente interessa é a presença desses itens lexicais que representam a apropriação da língua portuguesa como língua de uso africana e demonstram um movimento contrário à simples assimilação: o movimento de apropriação criativa da língua; o português através do qual se enuncia essa obra é claramente o português moçambicano. Essa língua se explica na cenografia em que é utilizada e legitima/é legitimada pelo seu uso nessa situação comunicacional.

4.3. Paratopia no âmbito do *dizer*: nível discursivo e nível semiolingüístico

A paratopia está na origem da enunciação, ela é um elemento presente no nível do *fazer*, isto é, na situação de comunicação, mas se revela no nível do *dizer* através da *embreagem paratópica*²⁰ — mecanismo através do qual a situação paratópica que provoca a enunciação deixa marcas perceptíveis no enunciado.

4.3.1. Embreagem paratópica

Tomando-se a paratopia literária pelo viés da teoria Semiolingüística, podemos afirmar que a embreagem paratópica é a configuração dos elementos paratópicos existentes no âmbito do *fazer* que se manifestam no âmbito do *dizer*. Nesse âmbito, as manifestações paratópicas se dão de diversas formas. Em *O último voo do flamingo*, verificamos manifestações que se enquadram simultaneamente no nível discursivo e no nível semiolingüístico: as manifestações se articulam através de *modos de organização do discurso*, que são componentes do nível discursivo, ao mesmo tempo em que revelam escolhas lexicais

²⁰ Ver seção 2.2.2, p. 25-27.

e operações lógicas que se relacionam ao nível semiolinguístico. Ainda, a própria narrativa que constitui a enunciação estudada configura elementos que ilustram a paratopia que a origina.

Assim, apresentaremos três categorias de paratopia no âmbito do *dizer*:

- A narração: marcações do que não está
- A negação prefixal relacionada aos modos descritivo e narrativo
- A disjunção relacionada ao modo argumentativo

4.3.2. A narração: marcações do que não está

Dentro do quadro da teoria Semiolinguística, tratamos, até aqui, do *modo de organização narrativo*, mas não da *narração*. De acordo com Charaudeau (1992), a *narração* (récit) é uma totalidade da qual fazem parte o *Narrativo* e o *Descritivo*. O lingüista francês procura estabelecer uma diferença entre o narrativo (modo de organização do discurso) e a narração (atividade contextualizada e com finalidade determinada).

A narração se caracteriza pela presença de um narrador que *quer transmitir alguma coisa* (certa representação da experiência do mundo) a um destinatário e o faz de uma *certa maneira* (cf. Charaudeau, 1992, p. 711). Assim, *narrar* (*raconter*) é uma atividade de linguagem com uma finalidade própria, que se dá em determinado contexto e que é única a cada vez—a variação de algum dos elementos contextuais (inclusive o destinatário) acarretaria a variação da narração.

Para Charaudeau, a narração representa uma busca de algo que se julga “em falta” e que, em última instância, sempre remete às questões primordiais da humanidade: “Qui sommes nous? quelle est notre origine? quel est notre destin? Autrement dit: quelle est la vérité de notre être?” (Charaudeau, 1992, p. 712).

Essa busca de uma verdade primordial que se esconde no final da narração, como um pote de ouro no final do arco-íris, se relaciona intimamente à noção de uma paratopia que é geradora de literatura. A paratopia que dá origem à criação literária é aquilo que provoca no

escritor o sentimento de falta que o impele à busca de uma verdade, de um pote de ouro no final de seu arco-íris.

Obviamente, nosso objetivo aqui não é propor uma metodologia de análise aplicável a qualquer obra literária, produzida em qualquer contexto. Antes, acreditamos que na enunciação específica da obra literária *O último voo do flamingo* é possível encontrar elementos que sinalizam a situação paratópica que provoca a criação dessa obra, desse empreendimento narrativo.

Selecionamos passagens do texto (Couto, 2000) que apontam para imagens de falta, oposição, vazios, silêncios, enfim: elementos que negam aquilo que seria o esperado em um contexto ocidental, que negam a lógica ocidental ou que simplesmente negam.

A vila de Tizangara é um lugar que desafia a lógica ocidental e relativiza aquilo que poderia parecer óbvio:

Na nossa vila, acontecimento era coisa que nunca sucedia (p. 17).

Em Tizangara, nada necessita argumento (p. 20).

O italiano se admirou: afinal o padre desistira de estar preso, se demitira do sonho de sair?

—Aqui não há verdadeira prisão (p.149).

O hotel em que se instala o representante das nações unidas, Massimo Risi, é um local em que o luxo que se espera de um hotel é substituído por ausências:

O homem ia explicando as insuficiências com o mesmo entusiasmo que outro hoteleiro, em qualquer lugar do mundo, anunciaria os luxos e confortos do seu hotel (p. 39).

Entretanto, aquilo que falta é compensado pelo esforço humano, tão comum para os habitantes do lugar:

A água não vem de nenhum lugar: é um miúdo que traz (p. 39).

Os habitantes de Tizangara são descritos a partir do que lhes falta ou daquilo que eles negam.

Temporina, a moça enfeitada que vive no hotel é descrita pelo recepcionista:

Ela é uma dessas que anda, mas não leva a sombra com ela (p. 41).

O irmão de Temporina parece nem existir:

O moço não era um fulano, nem um indivíduo. Assim, nem nome nenhum lhe foi posto (p. 66).

Ana Deusqueira, nas palavras do administrador Estevão Jonas, se qualifica por adjetivos e substantivos marcados por negações:

Essa Ana era uma mulher às mil imperfeições, artista de invariedades, mulher bastante descapotável (p. 29).

A mãe do narrador não o aconselha por palavras, como seria de se esperar:

Conselhos de minha mãe foram apenas silêncios (p. 47).

O pai, por não ter podido aprender ‘língua de passarinho’, já não é capaz de outras línguas:

—Agora, meu filho, já não falo nenhuma língua, falo só sotaques (p. 55).

O próprio narrador se vê negado ao olhar de sua mãe devido a um parto incompleto:

No meu parto, não me extraíram todo, por inteiro. Parte de mim ficou lá, grudada nas entranhas de minha mãe. Tanto isso aconteceu que ela não me enxergava. Essa parte de mim que estava nela me roubava de sua visão (p. 47).

A vida, enfeitada por faltas, ausências e negações, dá origem a pensamentos permeados por essa incompletude:

—Não vê os rios que nunca enchem o mar? A vida de cada um também é assim: está sempre toda por viver (p. 52).

Uns não vivem por temer morrer; eu não morro por temer viver (p. 157).

O final do romance nos reserva a apoteose da negação, da falta: o país deixa de existir.

Foi num súbito: acordei de sobressalto. É que no meu rosto senti o quente bafo das infernezas. Olhei para o lado e quase desfaleci: ali mesmo, onde estava a

terra, não havia nada senão um imenso abismo. Já não havia paisagem, nem sequer chão. Estávamos na margem de um infinito buraco (Couto, 2000, p. 219).

Somadas às numerosas ocorrências de negações, a narrativa construída sobre elas chega ao final num clímax de negação. Não é suficiente descrever os lugares, as coisas e as pessoas pela polaridade negativa das características; é preciso construir o não-lugar. É premente tornar a ausência tão forte e marcante que ela se transforme em presença negativa; fazer da falta algo tão gritante, que seja possível ouvir seu eco. Dessa enorme necessidade de construir o não-lugar — gerada pela situação paratópica do escritor —, o não-lugar surge: virado em abismo, o país deixa de existir.

Essa “não existência”, no entanto não é vã, nem absoluta. Ela é explicada na obra como uma providência divina. Os deuses africanos *recolhem* o mundo (Moçambique, na verdade), suspendem-no até que possa haver uma existência digna, uma nação real:

vendo que solução não havia, os deuses decidiram transportar aqueles países para esses céus que ficam no fundo da terra. E levaram-nos para um lugar de névoas subterrâneas, lá onde as nuvens nascem. Nesse lugar onde nunca nada fizera sombra, cada país ficaria em suspenso, à espera de um tempo favorável para regressar ao próprio chão. (...) até lá, gente, bichos, plantas rios e montes permaneceriam engolidos pelas funduras (Couto, 2000, p. 220s).

A justificativa para que o país deixe provisoriamente de existir é a própria paratopia que dá origem à obra. Essa “espera de um tempo favorável” sinaliza o otimismo, a crença em um tempo futuro melhor: “consciente das carências atuais, ele [o homem] sonha com suas resoluções no futuro que começa a se abrir, como ruptura do presente” (Abdala, 2003, p. 39). Aqui a “ruptura do presente” é uma fenda gigantesca, dentro da qual se encontra suspenso Moçambique. É essa fenda no presente que torna possível, no futuro, o nascimento de algo renovado.

4.3.3. A negação prefixal relacionada ao modo descritivo e narrativo

Ao estudarmos as marcas de negação utilizadas em *O último voo do flamingo*, deparamo-nos com grande número de palavras que marcam negação (verbos, substantivos e adjetivos) formadas por prefixação ou por derivação parassintética (prefixação e sufixação simultâneas), principalmente através da utilização do prefixo *des*.

Para que possamos analisar tais marcas, é preciso estudá-las a partir de duas perspectivas: 1] a perspectiva de sua forma e sentido, através dos mecanismos que as constroem; e 2] a perspectiva discursiva, através dos modos de organização do discurso em que são empregadas.

Quando estudamos 1, encontramos os *mecanismos* que fazem com que essas palavras existam (*nomear, classificar e construir*) e as classes conceituais instituídas pela ação desses mecanismos (*seres, propriedades e processos*).

Quando estudamos 2, encontramos os *modos de organização do discurso* (*descritivo e narrativo*) em que essas palavras são empregadas através de *seus componentes*, de acordo com a classe conceitual que elas estabelecem: seres e suas propriedades—modo descritivo; ações e suas propriedades—modo narrativo.

Os mecanismos de construção do sentido e das palavras atuam nos níveis formal e semântico a partir de necessidades provenientes do uso. Ao sentir a necessidade de nomear um novo *ser, ação* ou *propriedade*, o homem coloca em andamento processos que relacionam esse sentido novo (que pode manifestar-se através de uma forma também nova) aos sentidos (e às formas) já existentes.

Tanto nos níveis formal e semântico, quanto no nível do discurso, encontramos elementos que são responsáveis pela instituição de classes conceituais. Trata-se, de acordo com Charaudeau, de dois elementos: um que é **mecanismo de sentido e construção das palavras**—chamado **Nomear**—e outro que é **componente da organização da construção descritiva**—também chamado **Nomear**.

O componente da organização da construção descritiva **Nomear** traz à existência discursiva os seres. Além desse, há ainda os componentes **Localizar/situar** e **Classificar**. Juntos, os três componentes organizam a construção descritiva dos seres e suas propriedades.

O mecanismo de sentido e construção das palavras **Nomear** dá origem a três classes conceituais: os *seres*, as *propriedades* e os *processos*. Além desse, existem dois outros mecanismos: **Classificar** e **Construir**, que complementam a instituição das três classes conceituais através de sua classificação e da construção dos nomes que as fazem existir.

Classificação de algumas ocorrências com prefixo *des* quanto às classes conceituais instituídas pelos mecanismos de construção de sentido e formação das palavras

As ocorrências selecionadas no *corpus* foram segmentadas de acordo com o sentido ativado pelo prefixo *des* em cada uma delas. Partimos das definições propostas pelos dicionários Houaiss e Aurélio e encontramos três segmentos:

- 1) oposição, negação ou falta; ‘ação contrária’ ‘negação’ ‘privação’ ‘transformação’;
- 2) aumento, reforço, intensidade;
- 3) separação, afastamento.

Trataremos aqui apenas do primeiro grupo, a que denominaremos *Oposição*, uma vez que nosso objeto de estudo é a negação. As ocorrências encontradas foram divididas de acordo com as *classes conceituais* em que agem: *Ações*, *propriedades* ou *seres* (Charaudeau, 1992).

AÇÕES

A classe conceitual *ações*²¹ foi subdividida em “não realização da ação”—quando a negação age de maneira que a ação não se realize—e “realização de ação contrária”—quando há uma ação que se realiza, mas ela representa o contrário da ação negada.

a. Não realização da ação

1. *Temporina tentou evitar-lhe o gesto, mas desconseguiu* (Couto, 2000, p. 63).
2. *Mas eu desconsigo, nem tempo tenho para as prioridades* (Couto, 2000, p. 78).
3. *Quanto mais esforço, mais desconseguiu* (Couto, 2000, p. 106).

b. Realização de ação contrária

4. *Tinha que chegar antes que ela desmundasse* (Couto, 2000, p. 50).
5. *Eu lhe perguntava isso só para fazer conta que não notara que ela já desvivia* (Couto, 2000, p. 51).

²¹ Ver seção 2.4.1, página 41.

SERES

Como já foi dito²², a classe conceitual *seres* pode ser de três tipos: a) físicos, b) resultantes de um processo e c) resultantes de uma abstração; selecionamos aqui seres que, independentemente de qual tipo sejam, resultam de negações:

a) físicos

6. *Não uma desmeretriz dessas* (Couto, 2000, p. 31).
7. *A vida, meu filho, é uma desilusionista* (Couto, 2000, p. 49).

b) resultantes de um processo

8. *O que era preciso era avisar meu pai desse desacontecimento* (Couto, 2000, p. 51).
9. *Mas depois veio esse desacontecimento* (Couto, 2000, p. 200).
10. *—Qual desacontecimento, padre?* (Couto, 2000, p. 200).
11. *Ela apanhara o último desencontrão* (Couto, 2000, p. 51).

c) resultantes de uma abstração

12. *Estava-se nessas desconformidades, quando surgiu em nossa frente um cabrito malhado* (Couto, 2000, p. 26).
13. *Aquilo é um desnegócio pra ela* (Couto, 2000, p. 158).

PROPRIEDADES

As *propriedades*²³ são atribuídas aos *seres* e aos *processos*, assim, elas não produzem sentido independentemente de outra classe conceitual. As ocorrências selecionadas representam *propriedades* em que o prefixo *des* nega a propriedade a que foi acrescentado:

14. *Minha mãe chorava enquanto dormia na solidão do leito desconjugal* (Couto, 2000, p. 48).
15. *Temporina conduziu-nos ao longo de uma viela desiluminada* (Couto, 2000, p. 64).
16. *Até o sacerdote se converter em desacreditado* (Couto, 2000, p. 200).

²² Ver seção 2.4.1, página 40.

²³ Ver seção 2.4.1, página 41.

O mecanismo de sentido e construção das palavras **Nomear** atua no âmbito semântico e formal, no nível Semiolingüístico do ato de linguagem; o componente da construção descritiva **Nomear** atua no nível discursivo do ato. No entanto, obviamente, esses dois elementos não podem ser separados, senão para fins didáticos, assim como os níveis que compõem o ato de linguagem não são separáveis. Todo ato de linguagem resulta em um *texto* e todo texto é constituído por modos de organização discursiva; é no interior de cada modo—principalmente do modo descritivo—que atuam os mecanismos e componentes que dão origem às classes conceituais. Assim, é a união dos dois tipos de **Nomear** que cria as classes conceituais tanto semântica e formal quanto discursivamente.

Do ponto de vista da forma e do sentido, a criação de palavras se dá através de mecanismos—*nomear*, *classificar* e *construir*—, dentre os quais o último coloca em funcionamento os processos de *neologia*.

Neologia

De acordo com Boulanger e Guilbert (*apud* Alves, 2004a), os processos de neologia dizem respeito à criação de novas unidades lexicais através dos mecanismos de produção incluído nos sistema lexical de determinada língua. Ainda segundo Guilbert (*apud* Alves, *op. cit.*), há “quatro tipos de processos geradores de neologia lexical: neologia fonológica, semântica, sintagmática e alogenética”. Alves (2004) afirma que o léxico da língua portuguesa “tem ampliado seu acervo por meio de mecanismos oriundos do latim, a derivação e a composição” (Alves, 2004, p. 5). Esses processos se enquadram como recursos sintáticos na tipologia de Guilbert, mas são analisáveis no nível morfológico segundo Alves (2007). A neologia prefixal, por exemplo, representa 30% dos neologismos coletados na *Base de Neologismos do português Brasileiro Contemporâneo* (Alves, 2007). Esse é o tipo de criação neológica em que vamos nos concentrar.

De acordo com Gonçalves (2000b), no português moçambicano “há pouca produtividade no nível das neologias lexicais, em que há combinação de diferentes materiais lexicais” (Gonçalves, 2000b, p. 219), além disso, os neologismos encontrados são dispersos,

“isto é, não são partilhados em geral pela comunidade de locutores do português” (idem, *ibidem*, p. 219). No português moçambicano, a lingüista aponta os neologismos semânticos²⁴ como maiores responsáveis pela renovação lexical.

Em capítulo que trata das “variedades de Angola e Moçambique” (1983, p. 24-26), Mateus cita algumas diferenças dessas variedades do português em relação à norma culta européia. No nível do léxico, a lingüista portuguesa ressalta a “formação de palavras com o prefixo *des*, significando negação ou oposição (exemplos: *descabelar*: ‘cortar o cabelo’; *desconseguir*: ‘não conseguir’; *desagüentar*: ‘não resistir a’”).

O verbo “*desconseguir*”, por exemplo, já tem seu uso consagrado na literatura tanto de Angola (com Pepetela²⁵, ao menos) quanto de Moçambique (como é possível ver nesse trabalho).

Mbangale (2002/2003) relata ocorrências de neologismos criados com o prefixo “*des*” tanto em Angola (*desconseguir*—*não conseguir*; *descompreender*—*não compreender*—*desplanear*—*anular o plano*), quanto em Moçambique (*desconseguir*).

A Base de dados morfológicos (MorDebe) do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) apresenta um quadro de conjugação do verbo *desconseguir*, assim como os *corpora* de Angola e Moçambique do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa apresentam ocorrências de *desconseguir* em língua falada ou escrita: 7 ocorrências no *corpus* angolano e 1 ocorrência no moçambicano.

Os processos de diferenciação da variedade moçambicana em relação à norma européia são recentes. O reduzido número de falantes da língua portuguesa em Angola e Moçambique durante os quase 500 anos de colonização portuguesa colaborou para que as variedades do português faladas nesses países não sofressem muitas alterações durante esse período (os dados são de Mateus, 1983, p. 24-26). Ao final dos anos 70, no entanto, com as

²⁴ “Atribuição de novos sentidos a unidades pré-existentes”, como em “calamidade”, que inicialmente se referia às roupas doadas para as vítimas de calamidades e que passou a significar “roupa usada” (Gonçalves, 2000b, p. 219).

²⁵ PEPETELA. *A Parábola do Cágado Velho*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005

independências dos dois países e a opção pela língua portuguesa como língua oficial e veicular em ambos, aumentou consideravelmente o número de pessoas que falam o português. Estima-se que esse aumento tenha dado novo ânimo às inovações propostas nessas variedades em comparação à norma culta de Portugal. O Censo de 1997 indicava que 39,6% dos moçambicanos eram falantes de português—um crescimento considerável em relação aos 25% apontados pelo Censo de 1980 (os dados são de Gonçalves, 2000a).

Nesse ambiente de mudanças, romancistas como Mia Couto optam por não seguir fielmente a norma europeia—ainda que sejam capazes de segui-la—para refletir na literatura o processo criativo de apropriação da língua colonial. Gonçalves (2000b) ressalta, entretanto, que esse processo não é consciente por parte da comunidade de locutores moçambicanos e resulta mais da baixa escolaridade e pouca exposição à norma europeia do que de um processo consciente de construção de uma identidade lingüística nacional, cabendo “aos intelectuais e aos políticos valorizar e recuperar socialmente os diferentes processos lingüísticos inconscientemente produzidos pelos membros das comunidades” (Gonçalves, 2000b, p. 217).

Assim, a lingüista moçambicana, ao comparar a variedade moçambicana do português e as criações neológicas do escritor Mia Couto, conclui que o romancista não se limita a reproduzir os neologismos nacionais, mas opera criações próprias inspirado pela renovação lingüística nacional.

Quer se trate de uma reivindicação estética (Tutikian, 2006) ou político-social (Gonçalves, op. cit.), ou de ambas, no âmbito do nosso estudo, relacionamos as criações neológicas de Mia Couto em *O último voo do flamingo*—principalmente aquelas criadas pelo uso do prefixo *des*—à legitimação de sua paratopia.

Se analisarmos algumas das ocorrências selecionadas quanto à criação de sentido e palavras, podemos perceber exemplos que:

- negam uma qualidade e afirmam o seu contrário: *desiluminada, desconjugal, desacreditado*;
- indicam a realização de uma ação contrária: *desmundar, desviver, desfazer*;
- indicam a não realização de uma ação: *desconseguir*;

- descrevem seres que negam a partir de analogias: *desconformidades*, *desnegócio*, *desmeretriz*, *desencontrão*;
- descrevem seres a partir de ações negativas: *desilusionista*, *desacontecimento*.

Ao relacionar essas ocorrências à paratopia que dá origem à obra—como a percebemos e descrevemos aqui—podemos reafirmar o desejo de negar uma situação que vem pronta do exterior (o léxico do português europeu) e transformá-la, através de uma ação criativa de apropriação, em algo novo, testemunha de uma identidade que saiba abraçar suas tradições africanas sem barrar as matizes européias que se julguem pertinentes.

As classes conceituais dos seres e de suas propriedades se instituem no discurso no modo de organização descritivo através de seus componentes—Nomear, Localizar/situar e Classificar. As classes conceituais dos processos e de suas propriedades são instituídas discursivamente no modo de organização narrativo através de seus componentes—*actantes*, *processos* e *seqüências*.

Descrever um ser—e suas propriedades—ou narrar uma ação—e suas propriedades—através da negação não significa negar o ser (sua existência), nem a ação (sua possibilidade de ocorrência). Trata-se de reflexos, de índices que denunciam as opções que o sujeito falante faz em função de sua intenção comunicativa. Essa intenção—ou o *Princípio da intencionalidade*—permeia todos os níveis do ato de linguagem e está na origem, na razão das escolhas do sujeito falante, sejam elas explícitas ou não.

Para analisarmos nossas ocorrências no nível discursivo, do ponto de vista do modo de organização do discurso, devemos manter em mente os princípios que são responsáveis pela coerência entre os componentes de cada modo de organização e a maneira como esses componentes se organizam em função, principalmente, do *princípio de intencionalidade*.

A maneira como abordamos o *projeto de fala* do autor nos permite buscar o que está além da história contada e investigar os efeitos de sentido que se constroem nesse processo através da *construção paratópica*.

Quando analisamos uma das ocorrências de marcação negativa selecionadas, procuramos descobrir de que forma essa ocorrência é uma manifestação do *projeto de fala* do escritor, da *construção paratópica* que está em jogo na sua enunciação.

Tomemos como exemplo as três ocorrências do verbo “desconseguir”:

- a) *Temporina tentou evitar-lhe o gesto, mas desconsiguiu (Couto, 2000, p. 63).*
- b) *Mas eu desconsigo, nem tempo tenho para as prioridades (Couto, 2000, p. 78).*
- c) *Quanto mais esforço, mais desconsiguia (Couto, 2000, p. 106).*

Como já mencionamos²⁶, há ocorrências do verbo *desconseguir* na literatura de Angola e Moçambique e em *corpora* lingüísticos coletados entre falantes desses dois países.

Do ponto de vista formal e semântico, há um processo de neologismo sintático (segundo a já mencionada tipologia de Guilbert) que se manifesta no nível morfológico e se dá através de um processo de derivação prefixal: o acréscimo do prefixo latino *des* ao verbo *conseguir*.

Do ponto de vista discursivo, não podemos ignorar que há uma diferença, ainda que sutil, entre “desconseguir” e “não conseguir”, ao menos em ocorrências como “a” e “b”.

Em “a”, o verbo “tentar” dá a idéia de uma ação em andamento que é interrompida pelo “desconseguir”; essa tensão entre os dois momentos—tentativa e interrupção—é salientada pelo advérbio “mas”.

Da mesma forma, em “c”, a imagem que se desenha é a de um processo (“esforço”) iterativo que a cada vez é interrompido por “desconseguir”.

Do ponto de vista da criação, a paratopia, ou a criação paratópica é a faísca que dá origem à enunciação literária através da qual o escritor procura estabelecer um lugar seu de ser. Ela é fruto sempre de uma tensão entre dois mundos: um mundo dito “real”, em que o escritor existe como ser humano—física e socialmente—e um mundo “imaginado” pelo escritor para legitimar sua existência no campo literário. Assim como, no exemplo recorrentemente usado por Maingueneau (2001, 2006), Proust precisava escrever uma obra que recuperasse—de seu ponto de vista—o tempo que ele via perdido em frivolidades; Mia

²⁶ Ver página 69.

Couto cria para si a paratopia de um país possível, um Moçambique novo, que negue aquilo que é simplesmente herdado e que construa algo capaz de misturar as heranças africana e portuguesa. Isso se manifesta nos três exemplos selecionados de duas maneiras: 1] na escolha de um neologismo africano criado a partir de elementos de língua portuguesa ; e 2] na produção de enunciados cujas marcas negativas apontam para uma não realização de ações. Essas ações parecem ficar suspensas da mesma maneira que, ao final da narrativa, num clímax paratópico, Moçambique inteiro paira em um “lugar nenhum”, distante da visão de todos.

Nas ocorrências relacionadas acima, Mia Couto emprega um neologismo já comum nas variedades angolana e moçambicana do português. É possível, inclusive, questionarmos o estatuto desse verbo: trata-se ainda de neologismo ou é já item lexicalizado²⁷? Por outro lado, ocorrências como as que veremos a seguir não possuem registro ou eles são muito escassos:

d) *Tinha que chegar antes que ela desmundasse* (Couto, 2000, p. 50).

e) *Eu lhe perguntava isso só para fazer conta que não notara que ela já desvivia* (Couto, 2000, p. 51).

O verbo “desmundar” não consta em nenhum dos *corpora* pesquisados²⁸, enquanto “desviver” faz parte do corpus MorDebe, mas não ocorre no corpus do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. “Desviver” é formado pela união do prefixo negativo “des” ao verbo “viver”, portanto, “desviver” é não viver. Trata-se aqui, no entanto, de uma mudança de estado, uma *ação*: deixar de viver. Essa mudança é claramente assinalada pelo tempo verbal empregado (pretérito imperfeito do indicativo) e pelo advérbio de tempo “já”, que marca a passagem de um estado de coisas (viver) a outro (desviver). No caso de “desmundar”, temos uma formação por derivação parassintética: o prefixo negativo “des” é acrescentado ao substantivo “mundo” ao mesmo tempo em que o afixo que o transforma em verbo: “ar”. Se retomarmos o contexto discursivo em que ocorrem no texto, facilmente concluiremos que ambos significam “morrer”.

²⁷ A respeito de desneologização, ver Barbosa, 1998.

²⁸ MorDebe, do Instituto de Linguística Teórica e Computacional e *corpus* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

Em “desmundar”, o autor utiliza um processo de formação de palavras e um prefixo negativo que já se tornaram comuns ao português moçambicano (ver Mateus, 1983) para criar um neologismo africanizado. Novamente, percebemos aqui a intervenção da paratopia que se enuncia nessa obra: panos e linhas europeias—a língua portuguesa, seu léxico e processos de formação de palavras inerentes a ela—e o tecido moçambicano—as novas palavras que resultam de uma intervenção moçambicana operada nessa língua. O resultado, como vemos, é algo que une essas duas tradições para formar uma nova identidade, uma moçambicanidade construída no interstício das culturas africanas e portuguesa.

A paratopia dessa obra marca a tensão entre o que está e o que não está, entre o que existe e o que poderia existir. As ocorrências que analisamos precisam ser sempre relacionadas à paratopia global, que se manifesta em todos os níveis do ato de linguagem: situacionalmente, temos um sujeito comunicante, escritor, que utiliza linhas e panos europeus para criar um tecido africano dentro de um projeto de moçambicanidade e que se dirige a um sujeito interpretante que seja capaz de reconhecer esse projeto. No nível discursivo, os protagonistas do ato são, do lado do enunciador, um narrador que tem a emblemática tarefa de *traduzir* o universo africano/moçambicano aos olhos de um europeu—representado aqui pelo oficial italiano—e, de outro lado, um leitor que pode ser brasileiro, português, africano, etc., a quem o escritor procura fornecer “pinceladas” de cultura moçambicana traduzidas pelo narrador. Ainda nesse nível, os modos de organização do discurso *Descritivo* e *Narrativo* alternam-se para instituir discursivamente o mundo paratópico construído pela enunciação e as ações que ocorrem nesse mundo. No nível semiolingüístico, a construção de palavras que marcam negação, o uso de neologismos africanos, o emprego constante de marcas negativas refletem a paratopia que se cria no plano do descritivo e do narrativo e a paratopia primordial do escritor: a mistura de europeu e africano—uma realidade do nível situacional—se repete na maneira de contar a história: um narrador africano em um romance (europeu); na escolha do vocabulário e, principalmente, no desfecho da narrativa que eleva a um grau máximo a suspensão do país existente até que se construa o país imaginado como possível.

4.3.4. Relações lógicas e modo argumentativo

Na maior parte do tempo, a operação de negar parece refutar uma possibilidade de mundo e não oferecer alternativas ao universo que nega, construindo assim um mundo não existente, aberto e não definido. Essa impressão equivocada é desfeita, no entanto, quando se

descobre que os efeitos de sentido resultantes das negações estudadas revelam, em menor ou maior grau, alternativas às asserções que negam. Lembramos aqui a definição de Charaudeau (1992), segundo a qual a negação é a polaridade negativa de uma asserção sobre o mundo. Assim, a negação não se resume à anulação de uma proposição, mas é ela mesma uma proposição completa sobre o mundo.

Em determinadas ocorrências, a oferta de uma possibilidade alternativa àquilo que é negado é explícita. É o caso dos enunciados em que aparecem concomitantemente os marcadores “não” e “mas”, por exemplo.

NÃO + MAS: relação lógica

As ocorrências de “não” e “mas” no mesmo enunciado causam um efeito de sentido que vai além da pura negação marcada por “não”. A estrutura que constitui esses enunciados (Não A_1 , mas A_2) apresenta, simultaneamente, a negação de uma asserção e a afirmação de outra.

Para procurar compreender o efeito de sentido resultante da utilização dessa estrutura e a trama lógica e discursiva implicadas, optamos por iniciar investigando que relação lógica pode ser expressa através do marcador “mas”.

A partir das ocorrências de enunciados que apresentam a estrutura “não A_1 , mas A_2 ” chegamos à relação de restrição²⁹, uma vez que, de acordo com Charaudeau (1992, p. 515), *mas* é “la marque privilégiée pour exprimer cette relation”.

No entanto, percebemos que, nas ocorrências selecionadas, não há uma asserção de base que é restrita por outra asserção. O que há, na verdade, são enunciados em que uma escolha parece ter sido operada. Nesses enunciados, os termos que os constituem (A_1 e A_2) encontram-se em uma relação assimétrica — semelhante à dos condicionais, de acordo com Van Dijk (1995)— em que há negação de um dos termos e conseqüente afirmação do outro.

²⁹ Ver seção 2.3.4, p. 36: relação de restrição.

Verificamos que a relação que se estabelece entre os termos A_1 e A_2 nos enunciados estudados é uma relação com estrutura e lógica semelhantes à relação de disjunção³⁰.

Assim, ainda que, ao tratar da relação de disjunção, Charaudeau não liste, entre seus exemplos de marcadores (1992, p. 509 e 510), o marcador “mas”, acreditamos que, em casos específicos, esse marcador possa introduzir um dos termos de uma asserção em uma relação semelhante à de disjunção.

Quando a operação de negação segue a lógica da disjunção, ela representa um posicionamento do sujeito comunicante frente às opções que a relação de disjunção apresenta. Em outras palavras: a relação de disjunção propõe dois termos que não podem co-existir. A marcação privilegiada dessa relação são os termos *ou... ou*, que podem estar explícitos ou implícitos. Segundo Van Dijk (1995), há uma espécie de disjunção natural (a: ¡Ámame o déjame!) que pode ser parafraseada com um condicional e uma negação: a' “Si no me amas, déjame” (Van Dijk, 1995, p. 111). Esse é o tipo de escolha que se opera nos enunciados selecionados aqui: frente a um condicional, o sujeito comunicante escolhe um dos termos e nega o outro, fazendo com que essa escolha apareça claramente em seu enunciado.

Para Charaudeau (1992, p. 507), a relação de disjunção apresenta as seguintes características: duas asserções são relacionadas em torno de um elemento constitutivo comum apresentando, ao menos, dois termos constitutivos dessas asserções como disjuntos. A disjunção é proposta sobre um mesmo eixo que se constitui a partir de uma asserção genérica que abarca os termos disjuntos—que, por sua vez, apresentam-se em relação de oposição paradigmática. O sujeito que fala não conhece a escolha a ser operada entre os termos disjuntos.

Nas ocorrências selecionadas, entretanto, uma dessas características não se verifica: em todas elas o sujeito falante demonstra não apenas conhecer a seleção a ser operada, como operar essa seleção ao negar um dos termos e afirmar o outro. No enunciado a seguir, por exemplo, o sujeito falante conhece a escolha a ser operada e a explicita ao negar o termo não escolhido:

³⁰ Ver seção 2.3.4, p. 36 e 37: relação de disjunção.

O mundo não é o que existe, mas o que acontece.

Por outro lado, as outras condições citadas anteriormente são satisfeitas: há uma asserção genérica que engloba os dois termos; esses termos encontram-se sobre um mesmo eixo semântico e seu posicionamento é paradigmaticamente oposto, e, finalmente, a negação de um dos termos implica a afirmação do outro, demonstrando sua incompatibilidade.

Assim, podemos considerar que a relação expressa no exemplo 3, ainda que não marcada por “ou” e com uma escolha já operada pelo interlocutor, apresenta uma relação que pode ser explicada a partir da lógica da relação de disjunção. Acreditamos que esse tipo de enunciado constitua uma próxima etapa em relação àqueles em que o sujeito falante ignora a seleção a operar sobre o eixo semântico.

Quando se apresentam duas escolhas possíveis e sua conjunção é vista como impossível, apenas uma delas é afirmada, em detrimento da outra: “não A_1 , mas A_2 ”. Essa escolha representa, portanto, um passo além na relação de disjunção, sem, no entanto, ignorar a lógica de que é a negação de um dos termos que resulta na afirmação do outro. Essa escolha significaria que o sujeito falante não ignora qual dos termos do eixo semântico dever ser escolhido, mas—pelo contrário—afirma exatamente essa escolha operando de forma semelhante à relação de disjunção.

Ainda que a relação de disjunção prototípica seja: “ou A_1 ou A_2 ”, há aqui uma escolha possível, que Charaudeau explica dizendo que o sujeito falante ignora quais sejam os termos de asserções que se reportam ao elemento constitutivo comum (1992, p.507).

No entanto, entre os efeitos contextuais resultantes das relações de disjunção, Charaudeau cita o efeito de Conseqüência (“ou A_1 , ou então A_2 ”), que é resultante da condicionalidade que pode ser expressa nas relações de disjunção: “se A_1 , então não A_2 ” ou ainda nega-se A_1 , e a conseqüência é A_2 (“se não A_1 , então A_2 ”).

Trata-se, então, de uma relação de disjunção com efeito contextual condicional. Não se trata de uma relação de Implicação Condicional ou de Hipótese, segundo as quais A_1 acarretaria A_2 e a negação de A_1 resultaria na negação de A_2 . Pelo contrário, o efeito condicional resultante da relação de disjunção deve-se exatamente ao fato de que é a negação

de um dos termos que acarreta o outro: [se não] A_1 , [então] A_2 ou o contrário: [se] A_1 , [então não] A_2 .

Retomando Van Dijk (1995), reforçamos que é a estrutura assimétrica dessas disjunções que faz com que a negação de um dos termos implique a afirmação do outro:

a: ¡Ámame o déjame!

b: Esta debe ser la carretera, o me he perdido.

a' "Si no me amas, déjame"

b' "Si esta no es la carretera, me he perdido (Van Dijk, 1995, p. 111).

Como já dissemos, ao tratar dos Modos de Raciocínio, Charaudeau fala da “escolha alternativa” que se reporta à relação de disjunção. Esse modo de raciocínio “coloca em oposição duas relações argumentativas ($A_1 \rightarrow A_2$ e $A_1' \rightarrow A_2'$) e deixa a possibilidade de escolher entre as duas, ou mostra a incompatibilidade que resultaria da conjunção das duas” (1992, p. 799). Um dos exemplos apresentados é o seguinte:

“Moi ou le chaos”.

Nesse exemplo, uma escolha condicional é imposta: “Ou eu, ou o caos”. Segundo a afirmação de Van Dijk, esse exemplo poderia ser parafraseado com um condicional e uma negação: “se não eu, então o caos” ou ainda “se eu, então não o caos”.

Assim, “não A_1 , mas A_2 ” expressa justamente o resultado de uma escolha posterior à relação condicional de disjunção, quando o sujeito falante avança um passo e opta por um dos termos em detrimento do outro, em outras palavras, nega um termo para afirmar o outro.

OCORRÊNCIAS: Não + mas

Examinemos cada ocorrência, segundo a “definição de operação” proposta por Charaudeau (1992, p. 513), excluindo-se o item que diz respeito à ignorância do sujeito falante em relação à seleção que deve ser operada.

A definição de Operação proposta por Charaudeau (1992) é a seguinte:

-2 asserções (ao menos):

-1 elemento de cada idêntico à outra

-*Mise em facteur* comum aos dois elementos disjuntos

-pressupõe a existência de uma asserção genérica (eixo semântico)

-afirma [*pose*] que os termos disjuntos estejam em oposição

A seguir examinaremos, portanto, cada uma das ocorrências segundo essa “definição de operação” e procuraremos desvelar alguns efeitos de sentido possíveis:

1. Hoje são vozes que não escuto senão no sangue, **como se sua lembrança surgisse não da memória, mas do fundo do corpo** (Couto, 2000, p. 11).

a. Opções disjuntas

OU da memória,

como se sua lembrança surgisse

OU do fundo do corpo

Eixo semântico: (local) de onde pode surgir a lembrança

Termos em relação de oposição: memória X fundo do corpo

b. Condicionalidade intrínseca:

como se sua lembrança surgisse **SE** não da memória, **ENTÃO** do fundo do corpo

c. Efeitos de sentido produzidos

Coloca-se em oposição algo construído socialmente (a lembrança surge da memória) e algo que se constrói na enunciação (a lembrança pode surgir do fundo do corpo). Além de

propor “memória” e “fundo do corpo” como dois termos sobre um mesmo eixo semântico (lugar de onde pode surgir a lembrança), e de colocar esses termos em uma relação de oposição, um deles—exatamente aquele que é 'construído' na e pela enunciação—é privilegiado, ao ser afirmado em detrimento do outro:

como se sua lembrança surgisse [] do fundo do corpo.

A negação aqui realiza duas atividades simultâneas; são elas:

1] negar a possibilidade mais óbvia—aquela que faz parte de uma construção social ampla e geral

2] afirmar a possibilidade particular que é criada na/pela enunciação

2. a] afirmar essa possibilidade nova como se fosse algo dado, utilizando a própria lógica da Relação de Disjunção, em outras palavras: a Relação de Disjunção exige que as duas asserções se construam sobre um mesmo eixo semântico e que uma se encontre em relação de oposição à outra; uma vez que aquilo que se apresenta aqui é *tido como* uma Relação de Disjunção, pressupõe-se que as duas asserções sejam construídas sobre um mesmo eixo semântico e que uma se encontre em relação de oposição à outra. O EU falante/ comunicante se vale da lógica inerente à linguagem para subvertê-la. Isso só pode acontecer devido às possibilidades que o contrato intrínseco ao Discurso Literário proporciona/ permite ao EU comunicante.

2. O mundo não é o que existe, mas o que acontece (Couto, 2000, p.15).

a. Opções disjuntas

OU o que existe,

O mundo é

OU o que acontece

Eixo semântico: aquilo que constitui o mundo

Termos em relação de oposição: existir X acontecer

b. Condicionalidade intrínseca:

SE o mundo não é o que existe, **ENTÃO** [*ele é*] o que acontece.

c. Efeitos de sentido produzidos

Ao invés de simplesmente afirmar “O mundo é o que acontece”, o enunciador prefere construir essa afirmação a partir da negação daquilo que é posto como seu contrário: “O mundo é o que existe”. No enunciado *O mundo não é o que existe, mas o que acontece*, parece haver implícito um comentário do tipo “Ao contrário do que se pode imaginar/afirmar”; como se, para o enunciador, fosse importante colocar-se em oposição a qualquer afirmação anterior a seu enunciado. Não se trata de uma negação total de qualquer conhecimento construído anteriormente ao enunciado—uma negação total, nesse caso, seria ignorar esse conhecimento—mas de um diálogo com esse conhecimento, ou com esse interdiscurso para, então, poder negá-lo.

Ao se analisar o enunciado *O mundo não é o que existe, mas o que acontece*, pode-se perguntar “por que uma negação antes da afirmação?” Por que “o mundo não é o que existe”? Como afirma Charaudeau, é justamente porque a realização de um evento é vista como possível que os enunciados negativos exprimem a não realização desse evento (1992, p. 563). Assim, a afirmação pressuposta na negação “o mundo não é o que existe” é possível sob o ponto de vista do enunciador. Essa possibilidade, portanto precisa ser posta de lado, precisa ser negada para que a possibilidade proposta pelo enunciador seja “escolhida”: “o mundo é o que acontece”.

3. Aquilo não era ainda o sucedimento, mas os preparativos de sua chegada (Couto, 2000, p.18).

a. Opções disjuntas

OU ainda o sucedimento,

Aquilo era

OU os preparativos de sua chegada.

Eixo semântico: o que poderia ser aquilo

Termos em relação de oposição: fato X preparativos para o fato

b. Condicionalidade intrínseca:

SE aquilo não era ainda o sucedimento, ENTÃO [era] os preparativos de sua chegada.

c. Efeitos de sentido produzidos

Em meio à comoção popular ao redor do que parece ser um grande acontecimento para todos os presentes, o narrador reflete:

Sobrei para ali, sozinho, com um estranho pressentimento. Em minha alma, um espinho me magoava. Eu, a dizer, retirava o fel do vinagre. Aquilo não era ainda o sucedimento, mas os preparativos de sua chegada. Quando o silêncio clareia é que se escutam os escuros presságios (Couto, 2000, p. 18 - grifos nossos).

Mais uma vez, o sujeito falante parece introduzir—antes de, no meio de, ou logo após seu enunciado — o mudo comentário “ao contrário do que se possa imaginar”. O enunciado não é uma proposição negativa sobre o mundo, mas a afirmação de algo que se opõe àquilo que se nega. Os dois movimentos são igualmente importantes: não basta afirmar a possibilidade escolhida, é preciso também marcar claramente a negação da possibilidade abandonada.

4. Não era um louva-a-deus, mas uma mulher que passeava em seu pensamento (Couto, 2000, p.62).

a. Opções disjuntas

OU um louva-a-deus

Era que passeava em seu pensamento.

OU uma mulher

Eixo semântico: seres (que podem passear pelo pensamento)

Termos em relação de oposição: louva-a-deus X mulher

b. Condicionalidade intrínseca:

SE Não era um louva-a-deus, **ENTÃO** [era] uma mulher que passeava em seu pensamento.

c. Efeitos de sentido produzidos

Contexto: o enunciado é proferido a respeito de um personagem que se encontrava em meio a uma conversa sobre um louva-a-deus. Uma vez que o assunto era um louva-a-deus, seria natural que o personagem estivesse pensando sobre esse ser, no entanto—ao contrário do que se poderia pensar—“Não era um louva-a-deus, mas uma mulher que passeava em seu pensamento”. Ao invés de simplesmente afirmar que o personagem pensava em uma mulher, esse enunciado assinala a existência de uma alternativa paralela àquela que pode parecer mais óbvia—o personagem estar pensando em um louva-a-deus, uma vez que esse é o tema da conversação—e coloca essa alternativa em posição privilegiada, ao afirmá-la em detrimento da outra.

5. Há perguntas que não podem ser dirigidas às pessoas, mas à vida (Couto, 2000, p.159).

a. Opções disjuntas

OU às pessoas

Há perguntas que [] podem ser dirigidas

OU à vida.

Eixo semântico: a quem se podem dirigir as perguntas

Termos em relação de oposição: pessoas X vida

b. Condicionalidade intrínseca:

SE há perguntas que não podem ser dirigidas às pessoas, **ENTÃO** [essas perguntas **podem ser dirigidas**] à vida.

c. Efeitos de sentido produzidos

Relembramos a afirmação de Charaudeau de que a negação se justifica discursivamente pela possibilidade da afirmação contrária. Primeiramente, examinemos a primeira parte, negativa, do enunciado: *Há perguntas que não podem ser dirigidas às pessoas*, o contrário dessa proposição seria: **não** [*Há perguntas que não podem ser dirigidas às pessoas*], ou ainda: *Não há perguntas que não podem ser dirigidas às pessoas*. Esse enunciado poderia ser transcrito como *Todas as perguntas podem ser dirigidas às pessoas*. Dessa forma, o enunciado *Há perguntas que não podem ser dirigidas às pessoas* marca a negação de uma proposição que seria possível nesse contexto. Para que a possibilidade dessa afirmação seja claramente rechaçada, é preciso negá-la. Aqui, além de negá-la, o sujeito falante a substitui, complementando o significado da negação.

A forte necessidade de negar a proposição se deve ao fato de que, em determinados contextos, a proposição em sua forma afirmativa parece ser a mais provável ou óbvia. Assim, o enunciador se vê forçado a explicitar a negação dessa proposição antes de afirmar o termo que se encontra em oposição no eixo semântico.

Aqui não é a morte, mas os mortos que importam (Couto, 2000, p.181, 182).

- a. Opções disjuntas

OU a morte

Aqui [] é que importam

OU os mortos

Eixo semântico: o que importa (aqui)

Termos em relação de oposição: morte X mortos

- b. Condicionalidade intrínseca:

SE aqui não é a morte, **ENTÃO [são]** os mortos que importam.

7. Não eram as hienas próprias. Mas hienas inautênticas, bichos mulatos de gente (Couto, 2000, p.216).

- a. Opções disjuntas

OU hienas próprias

[Não] eram

OU hienas inautênticas, bichos mulatos de gente

Eixo semântico: seres (que poderiam ser)

Termos em relação de oposição: hienas próprias X hienas inautênticas

- b. Condicionalidade intrínseca:

SE não eram as hienas próprias. **ENTÃO** [eram] hienas inautênticas, bichos mulatos de gente.

8. Já no longe, me pareceu ser não um barco, mas um pássaro (Couto, 2000, p. 223)

a. Opções disjuntas

OU um barco

Já no longe, me pareceu ser

OU um pássaro

Eixo semântico: o que me pareceu ser

Termos em relação de oposição: barco X pássaro

b. Condicionalidade intrínseca:

Já no longe, me pareceu ser **SE** não um barco, **ENTÃO** um pássaro.

c. Efeitos de sentido produzidos em 6, 7 e 8:

Como nas ocorrências anteriores, a operação de negação desempenha duas funções: 1] negar uma das duas possibilidades colocadas em disjunção; e 2] afirmar a outra possibilidade. Nessas ocorrências, como em outras já mencionadas, a opção que é afirmada parece ser a “menos óbvia”. Retornamos mais uma vez a Charaudeau e a sua afirmação de que a negação se justifica discursivamente pela plausibilidade de afirmação do seu contrário. Nas ocorrências estudadas, o contrário daquilo que é negado não é apenas plausível, mas “mais plausível” do que aquilo que se afirma. Essa valoração (mais ou menos plausível) é estabelecida a partir da informação contextual/co-textual proporcionada pelo próprio discurso, ainda que de maneira indireta.

Ocorrências sem *mas*

Há ocorrências que também apresentam o mesmo tipo de relação disjunta implícita em um enunciado que explicita a opção entre os termos disjuntos, em que, no entanto, não ocorre o marcador “mas”.

09. Não explodira eu, rebentara meu sonho (p. 210).

a. Opções disjuntas

OU explodira eu

OU rebentara meu sonho

Eixo semântico: o que explodiu/rebentou

Termos em relação de oposição: eu X meu sonho

b. Condicionalidade intrínseca:

SE Não explodira eu, **ENTÃO** rebentara meu sonho.

c. Efeitos de sentido produzidos

O mistério em torno do qual se desenvolve toda a narrativa do romance diz respeito aos soldados das Nações Unidas que —segundo a versão popular— explodem inexplicavelmente. Nesse contexto, ao contar sobre seu sonho, o personagem sente necessidade de explicar que, dessa vez—ao contrário do que vinha acontecendo—o que explodira não havia sido o seu corpo, mas o que se passara em seus pensamentos:

Me deixei adormecer. O que sonhei até doeu. Tanto que acordei com o peito sufocado. Pedacos do sonho se misturavam com lembranças. Tudo aos bocados, misturados. Não explodira eu, rebentara meu sonho (Couto, 2000, p. 210).

10. —Não sou eu quem vai falar. Quem vai falar é esse lugar (Couto, 2000, p. 218).

a. Opções disjuntas

	OU sou eu
Quem vai falar	
	OU é esse lugar

Eixo semântico: quem vai falar

Termos em relação de oposição: eu X esse lugar

b. Condicionalidade intrínseca:

SE não sou eu quem vai falar, **ENTÃO** quem vai falar é esse lugar.

c. Efeitos de sentido produzidos

Apesar de, no capítulo anterior, ter prometido que iria desvendar o mistério principal da história (“Pode dizer a esse seu amigo estrangeiro que amanhã lhe vou mostrar o que aconteceu com os soldados explodidos” (Couto, 2000, p. 210)), Sulpício nega sua afirmação anterior e a substitui por algo que pode ser percebido ou como fantástico, ou como uma metáfora: “—Não sou eu quem vai falar. Quem vai falar é esse lugar.”

A necessidade de negação é clara, uma vez que o personagem que a opera é o mesmo que havia afirmado seu oposto. Aqui, não se trata de negar “o contrário do que se pode imaginar”—como na maioria das ocorrências que registramos—, mas o contrário de algo que já havia sido afirmado e que, mesmo em um capítulo anterior, permanece no contexto discursivo.

11. —Não quero pousar mais, só repousar (Couto, 2000, p.118).

a. Opções disjuntas

OU pousar

Quero

OU repousar

Eixo semântico: ações típicas do flamingo

Termos em relação de oposição: pousar X repousar

b. Condicionalidade intrínseca:

SE não quero pousar mais, **ENTÃO** só [quero] repousar.

c. Efeitos de sentido produzidos

Ao explicar sua decisão de abandonar o mundo em que viviam os flamingos, a ave se diz cansada de tudo e afirma “Não quero pousar mais, só repousar”, colocando as duas ações como opostas no eixo semântico das ações que realizam os flamingos. Ao evocar as imagens de pousar e repousar e colocá-las em oposição, o flamingo da história ressalta o que as duas ações podem ter de diferentes: a duração. Pousar representa a breve parada entre os vôos, enquanto repousar representa a parada definitiva que o flamingo pretende fazer, ao contrário do que todos esperam dele.

É muito forte, nesse trecho, o sentimento de insatisfação expresso pelo flamingo. Ele busca romper com o mundo como está, procura um novo mundo e, para isso, é preciso negar o mundo em que se encontra, em que ele realiza as ações que todos os flamingos realizam—pousar—e parte para um mundo novo, onde possa realizar as ações que pretende—repousar.

12. Não medo, receio (Couto, 2000, p.174).

a. Opções disjuntas

OU medo

OU receio

Eixo semântico: sentimentos

Termos em relação de oposição: medo X receio

b. Condicionalidade intrínseca:

SE não medo, **ENTÃO** receio.

c. Efeitos de sentido produzidos

Para que seja possível compreender o enunciado “Não medo, receio”, é necessário que se observe o seu co-texto: “Fui chamado para comprovar a verdade do acontecimento do burro. Mas recusei. Confesso, Excelência: tinha receio. Não medo, receio.” (Couto, 2000, p. 174). Nesse trecho, o sujeito enunciadador realiza, segundo suas próprias palavras, uma *confissão*. A carga semântica do verbo utilizado por ele em seu enunciado (“confesso”) denuncia o sentimento de vergonha, ou ao menos de embaraço, em relação à essência de sua confissão: havia sentido *receio*. No entanto, apesar de se tratar de uma confissão, o enunciadador faz questão de ressaltar que o sentimento que havia sentido era *apenas* receio, *não* era medo. Não satisfeito em afirmar “Confesso, Excelência: tinha receio”, o enunciadador precisa negar o outro sentimento que—imagina ele—poderia ser evocado por seu destinatário, o medo. Assim, o enunciado “Não medo, receio” afirma novamente o que já havia sido dito pelo enunciadador e nega aquilo que o enunciadador *projeta como possível*³¹ na mente do destinatário.

³¹ Retornamos, mais uma vez, à afirmação de Charaudeau de que a negação se justifica discursivamente pela possibilidade da afirmação inversa.

13. Não é uma história, é uma lembrança (Couto, 2000, p.180).

a. Opções disjuntas

OU uma história

É

OU uma lembrança

Eixo semântico: coisas que se contam

Termos em relação de oposição: história lembrança

b. Condicionalidade intrínseca:

SE não é uma história, **ENTÃO** é uma lembrança.

c. Efeitos de sentido produzidos

Ao contrário da ocorrência anterior, o que é negado nesse enunciado é o conteúdo afirmado pelos enunciados anteriores:

—*Você não diz que eu devia contar histórias? Pois me lembro agora de uma.*
 —*Finalmente uma história! Conte, Massimo.*
 —*Não é uma história, é uma lembrança. Recordei-me o que faziam com meu avô, quando ele envelheceu lá na Itália (Couto, 2000, p. 179, 180).*

Além de negar o termo do enunciado que havia sido mencionado anteriormente, logo após a sua negação, a afirmação do outro termo é justificada pelo verbo “recordar”.

Efeitos de sentido produzidos

A seleção de ocorrências de enunciados em que ocorrem concomitantemente “**não**” e “**mas**”, apresenta operações de negação que seguem a função lógica de *disjunção*. Isso significa que a negação de um dos termos implica a afirmação do outro; esses termos são aqueles introduzidos por **não** e **mas**, respectivamente.

A relação de disjunção influencia dois termos que dizem respeito a um elemento constitutivo comum *mise en facteur*. Esses dois termos são apresentados um à face do outro, em relação de oposição paradigmática sobre um eixo semântico comum.

Nas ocorrências que apresentamos, a escolha entre os termos possíveis se deve a diversas razões: afirmar o universo construído discursivamente em detrimento de um universo compartilhado socialmente (1); assinalar a existência de uma alternativa àquilo que poderia ser a opção mais óbvia—que parece sempre vir acompanhada do mudo comentário “ao contrário do que se possa imaginar”— (2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8); negar uma informação que havia sido fornecida pelo co-texto (9, 10, 11 e 13); afirmar novamente uma informação fornecida pelo co-texto, em detrimento da alternativa mais óbvia—novamente acompanhada do mudo comentário “ao contrário do que se possa imaginar”— (12).

PENSAMENTOS FINAIS

No sul de Moçambique, o retorno do longo vôo dos flamingos representa a esperança em um futuro melhor. Preocupado com a possibilidade da proximidade do *último vôo* dos flamingos³², o escritor Mia Couto enuncia sua história de esperança, mas que fala, também, de “uma perversa fabricação de ausência” (Couto, 2001). Nosso olhar se perde nesse vôo, viaja junto com as plumas rosadas da graciosa ave e pousa sobre a vila de Tizangara. Lá, encontramos um jovem que nos narra uma história de destruição, reconstrução, desconstrução e construção. Nosso primeiro estranhamento se relaciona justamente a esse jovem: conhecendo um pouco sobre o escritor Mia Couto, acreditamos haver certo distanciamento entre escritor e narrador—respectivamente: o sujeito comunicante e o sujeito enunciador desse ato de linguagem, segundo a teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau.

É a partir da teoria Semiolingüística que procuramos desvendar que sentidos se escondem atrás desse aparente distanciamento. Logo no princípio, encontramos a noção de *paratopia*, de Dominique Maingueneau e ela nos diz que a obra literária é a enunciação do escritor, dentro do discurso literário. Essa enunciação é a legitimação de um lugar que, ao mesmo tempo em que provoca seu surgimento, é construído por ela. Esse lugar—um lugar paratópico—sinaliza a tensão entre os locais geográficos, concretos em que vive o escritor e o seu local de ser: um lugar que só existe através da enunciação da obra que é enunciada a partir dele.

Ao tentar descrever o *ethos* que personifica o *eu* por trás dessa enunciação, descobrimos uma imbricação entre escritor e narrador. Assim, a tal distância, que nos parecia tão grande, é dissolvida na criação de um espaço dentro da enunciação. Esse espaço é um que abriga os diferentes moçambicanos: aqueles descendentes de africanos, aqueles descendentes

³² Ver *Um sol do outro lado do mundo* (Couto, 2001)—discurso de agradecimento pelo recebimento do Prémio Mário António (Ficção) da Fundação Calouste Gulbenkian.

de portugueses, aqueles que descendem de diversas misturas, enfim: todos que se considerem moçambicanos e que são, no fim, fruto e testemunha da cultura mulata—no sentido que a obra atribui a essa palavra³³—moçambicana.

Esse movimento—a sinalização superficial de um distanciamento seguida pela dissolução desse distanciamento a partir da criação de algo novo, culturalmente híbrido—se repete em todos os níveis do ato de linguagem. A narração, por exemplo, após diversas vezes mostrar o olhar chocado do europeu frente à realidade moçambicana, o coloca, ao final, ao lado do narrador na berma do mundo, sonhando juntos com um próximo vôo do flamingo; ou, ainda, na escolha do léxico empregado no nível semiolingüístico: retrato da criação de uma linguagem identitária moçambicana em que a apropriação da língua portuguesa se dá de forma criativa, permeada pela “moçambicanidade”.

Assim, a paratopia—que tem sua origem no nível situacional—espaço do *fazer*, uma vez que atua sobre o sujeito comunicante—se manifesta também no espaço do *dizer*, nos níveis discursivo e semiolingüístico do ato de linguagem.

A “fabricação de ausência” se repete na história: negam-se ações, propriedades, seres, o próprio país se faz ausente; nega-se uma lógica pré-fabricada, nega-se o que possa vir pronto de fora e constrói-se tudo que é possível: linguagem, ações, características, seres, uma nova identidade, um novo país, novas maneiras de ser, agir, pensar e falar.

Percebemos, então, que o desejo otimista de produzir “um tecido africano” legítimo, mesmo que através de “panos e linhas européias” é profundo e radical. Essa construção é necessária, é ela que legitima a paratopia desse escritor. Paratopia que talvez não seja exclusiva de Mia Couto, como podemos imaginar a partir de suas palavras durante o discurso de agradecimento por um prêmio recebido por essa obra:

Muito obrigado por me ajudarem a acreditar que esse Sol de que falava Andorinho está nascendo no outro lado do mundo. E a acreditar que os pescadores do meu país festejarão o regresso dos flamingos. E que uma pluma continuará a encantar os que estão escrevendo e inventando um país chamado Moçambique (Couto, 2001).

³³ Ver Couto, 2000, p. 61.

Acreditamos que esse trabalho não se encontra encerrado. Assim como Mia Couto nos fala daqueles “que estão escrevendo e inventando um país chamado Moçambique”, acreditamos que uma investigação a respeito de paratopias que dêem origem a outras obras na literatura africana de língua portuguesa possa ser muito produtiva.

Por que não pensar em um projeto mais abrangente, em que se possam investigar as construções paratópicas de um conjunto de obras a fim de descobrir se—e como—a enunciação literária projeta lingüisticamente o processo de hibridação pelo qual vêm passando os países descolonizados da África lusófona?

Para o futuro, por exemplo, poderíamos pensar em um projeto que investigasse, na materialidade lingüística, as construções paratópicas que projetam um novo modo de construir sentidos, da maneira como se ele propõe nos países africanos lusófonos no início do século XXI através da literatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *De vôos e ilhas – literatura e comunitarismos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 321.
- ALVES, Ieda Maria. Neologia e níveis de análise lingüística. In ALVES, Ieda Maria. ISQUIERDO, Aparecida N. (Org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2007. v. 3. p. 77-91.
- _____. A unidade lexical neológica: do histórico-social ao morfológico. In ISQUIERDO, Aparecida N., KRIEGER, Maria da Graça (Org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2004a. v. 2. 77- 87.
- _____. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 2004b.
- BARBOSA, Maria Aparecida. Da neologia à neologia na literatura. In OLIVEIRA, Ana Maria P. P., ISQUIERDO, Aparecida N. (Org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 1998. v. 1. p. 31-49.
- BENVENISTE, Èmile. A Natureza dos pronomes. In *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- CENTRO DE LINGÜÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. *Corpus lingüístico do Programa CONCOR*. Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/cgi-bin/concor.idx>. Último acesso em 26/10/2007.

- CHABAL, Patrick. *What is Africa: interpretations of post-colonialism and identity*. In: Pós-colonialismo e identidade / orgs. Victor Pereira da Costa, Susan Castillo. - Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1998. - p. 209-226.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma Análise Semiolingüística do Texto e do Discurso in: Maria Aparecida Lino Pauliukonis e Sigrid Gavazzi (organizadoras). *Da Língua ao Discurso: reflexões para o Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-29
- _____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Núcleo de Análise de Discurso FALE/UFMG, 2001a p. 23-38.
- _____. De la competencia social de comunicación a las competencias discursivas. *Revista latinoamericana de estudios del discurso*. Caracas: ALED, 2001b. p. 7-22.
- _____. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- _____. *Langage et Discours*. Paris: Hachette, 1983.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise de Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico S/A, 1979.
- COUTO, Mia. *O último voo do Flamingo*. Edição, Lisboa: Caminho, 2000.
- _____. *Um sol do outro lado do mundo*. Discurso de Mia Couto na cerimônia de entrega do Prémio Mário António – da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa, pelo livro *O Último Voo do Flamingo* em junho de 2001. Disponível em: http://www.deza.ch/pictures//Temp_docs/couto.pdf Acesso em 20 de março de 2006.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Edição 2ª ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986-1999. p. 540.

FLORES, Valdir. TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Lingüística da Enunciação*. São Paulo: CONTEXTO. 2005

GIERING, Maria Eduarda. *Contrato de Comunicação, estratégias enunciativas e organização do discurso*. In: Letras de Hoje, Porto Alegre, 2004. v. 39, n. 4, p. 9-17.

GONÇALVES, Perpétua. A situação Lingüística em Moçambique. In Revista Via Atlântica n.º. 4, São Paulo, out. 2000a. p. 212-223.

_____. *(Dados para a) História da língua portuguesa em Moçambique*. Maputo, 2000a. Página oficial do Instituto Camões, disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/geografia/portuguesmocambique.pdf>. Acesso em 14 de outubro de 2006.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOUAISS, Antônio. et al. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Edição 1. ed. Alterada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. p. 947.

INSTITUTO DE LINGÜÍSTICA TEÓRICA E COMPUTACIONAL (ILTEC). Base de dados morfológicos (MorDebe). Disponível em: <http://www.iltec.pt/mordebe/?action=lemma&lemma=35133>. Último acesso em: 26/10/2007.

LOS RIOS, Fernanda Dias de. In <http://www.uea-angola.org/artigo.cfm?ID=680> acessado em 03/10/2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *O Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *O Contexto da Obra Literária*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MBANGALE, Machozi Tshopo. *Particularidades lexicais do português em África*. Revista de Humanidades e Tecnologias n.º 9. Ano 2002-2003. Disponível em: <http://rhumanidades.ulusofona.pt/Arquivo/09.pdf>. Acesso em: 26 outubro 2007.

As unidades neológicas do português em África. Babilônia, Revista Lusófona de línguas, culturas e tradução. Março, número 2-3 Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa: Portugal. Pp.179-188, 2005. Disponível em: http://babilonia.ulusofona.pt/arquivo/babilonia_n_2_3/ensaios_machozi.pdf Último acesso em: 26 outubro 2007.

MIRA MATEUS, Maria Helena et alii. *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual.* Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

NEVES, Maria Helena Moura. *Gramática de Usos do Português.* São Paulo: Unesp, 2000. p. 285-331.

PEPETELA. *A Parábola do Cágado Velho.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral.* São Paulo: Cultrix, 1995.

TUTIKIAN, Jane. *Velhas identidades novas: o pós-colonialismo e a emergência das nações de língua portuguesa.* Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2006.

VAN DIJK, Teun. *Texto y contexto: semántica e pragmática del discurso.* Madrid: Cátedra, 1995.